



INSTITUTO FEDERAL
Amapá

Campus
Macapá



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL

Deziane Costa da Silva

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
(PROFISSIONAL) NA COMUNIDADE DA FLORESTA SÃO FRANCISCO DO
IRATAPURU: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**

MACAPÁ – AP

2026

Deziane Costa da Silva

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
(PROFISSIONAL) NA COMUNIDADE DA FLORESTA SÃO FRANCISCO DO
IRATAPURU: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Amapá**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *campus* Macapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Núbia Deborah Araújo Caramello.

MACAPÁ - AP

2026

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S586d Silva, Deziane Costa da
 Desafios e Perspectivas da Formação Inicial e Continuada (Profissional)
 na Comunidade da Floresta são Francisco do Iratapuru: um estudo da
 viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Amapá / Deziane Costa da Silva - Macapá, 2026.
 102 f.: il.
- Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Mestrado em Educação
 Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2026.
- Orientadora: Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello.
1. Formação inicial e continuada. 2. Comunidade da Floresta. 3. Educação
 Profissional e Tecnológica. I. Caramello, Dra. Nubia Deborah Araújo ,
 orient. II. Título.
-

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Deziane Costa da Silva

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NA
COMUNIDADE DA FLORESTA SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU: um
estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Amapá**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Macapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NUBIA DEBORAH ARAUJO CARAMELLO**
Data: 13/05/2026 13:34:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. A Dra. Nubia Deborah Araujo Caramelo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARYELE FERREIRA CANTUARIA**
Data: 14/05/2026 10:50:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Maryele Ferreira Cantuária
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro Interno do Membro Interno do Programa

Documento assinado digitalmente
 **IRENE CARNIATTO DE OLIVEIRA**
Data: 13/05/2026 10:32:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Irene Carniatto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Externo a Instituição e ao Programa

Aprovado em: 17 de maio de 2026

Deziane Costa da Silva

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA: Gestão de Turismo**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Macapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NUBIA DEBORAH ARAUJO CARAMELLO**
Data: 13/05/2026 13:34:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARYELE FERREIRA CANTUARIA**
Data: 14/05/2026 10:50:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maryele Ferreira Cantuária
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro Interno do Programa

Documento assinado digitalmente
 **IRENE CARNIATTO DE OLIVEIRA**
Data: 13/05/2026 10:32:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Irene Carniatto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Externo a Instituição e ao Programa

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO ARMANDO SILVA DA SILVA**
Data: 13/05/2026 16:04:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego Armando Silva da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro Interno do Programa
Profa. Dra. Nara Luísa Reis de Andrade

Documento assinado digitalmente
 **NARA LUISA REIS DE ANDRADE**
Data: 14/05/2026 10:17:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Universidade Federal de Rondônia – RONDÔNIA
Membro Externo a Instituição e ao Programa

A todas as pessoas que contribuíram para o processo formativo deste projeto e em particular, orientadora, Dra. Nubia Caramelo e a comunidade de São Francisco do Iratapuru, cuja o apoio e o acolhimento foram fundamentais para realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre fortaleceu minha caminhada ao longo de todo processo de realização desta pesquisa, permitindo-me conhecer pessoas que caminharam comigo, concedendo saúde e sabedoria para que pudesse seguir adiante, realizar e continuar os estudos e concluir essa pesquisa.

A minha família pela acolhida na capital, em especial a minha mãe Maria Darly Costa da Silva, pela confiança, motivação e apoio durante todas as horas difíceis de minha vida.

Aos professores do PROFEPT pela maneira generosa como conduziram as aulas e as orientações desta dissertação e pelo seu exemplo incondicional de educadores comprometido com a educação.

Ao IFAP, campus Laranjal do Jari, na pessoa da diretora Lucilene Melo, que incentivou e apoiou nos momentos mais desafiadores;

Ao Setor Pedagógico, aos meus colegas de trabalho que não mediram esforços para apoio na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Gestão de Turismo.

Ao Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - Campus Jari, pelo apoio à pesquisa.

Ao Instituto Federal do Estado do Amapá (IFAP), campus Macapá e campus Laranjal do Jari, aos meus professores e colegas de curso, pelo carinho, acolhida, incentivo e pelos conhecimentos construídos, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas marcada por aprendizagem, desafios e conhecimentos.

De modo especial, expresso minhas profundas gratidão à minha orientadora: Profa. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello, além de estar presente em todo percurso do mestrado, me apresentou o mundo fantástico que é a pesquisa, fortalecendo a missão de levar a compartilhar conhecimentos para além dos muros da instituição.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa e não me deixaram desistir dos meus sonhos.

“A Educação da Floresta Molda o Homem à Solidariedade É preciso entender nosso tempo para sair do seu quadrado. Também faço ciência. Sou terra, sou água Segue manso meu rio” (Kambeba, 2020).

RESUMO

O Vale do Jari, composto por territórios dos estados do Amapá e do Pará, abriga comunidades tradicionais e extrativistas, formadas por famílias que vivem na floresta, como a de São Francisco do Iratapuru, cujo único acesso se dá por via fluvial. Apesar da aptidão empreendedora, essa comunidade enfrenta desafios relacionados ao acesso e à mobilidade, bem como à formação inicial e continuada, o que resulta em uma baixa taxa de adultos que concluem o ensino médio e acelera o processo de migração — parcial ou total — das famílias para a cidade, a fim de que os filhos possam estudar, uma vez que o isolamento geográfico inviabiliza tal possibilidade. Nesse contexto, no âmbito do projeto Iniciativa Amazônia + 10, insere-se a presente proposta, intitulada “Desafios e perspectivas da formação inicial e continuada nas comunidades da floresta e do rio: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”, que busca mapear as necessidades educacionais e propor estratégias para a oferta de cursos que valorizem os conhecimentos técnicos e tecnológicos já existentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas populações e para a autonomia econômica das comunidades. Diante disso, o produto educacional pretende contribuir com a formação inicial e continuada nessa comunidade como projeto piloto, podendo ser ampliado para outras comunidades da floresta e dos rios que apresentem características territoriais semelhantes no Vale do Jari, por meio da construção de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), os quais foram validados junto à comunidade. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa do problema. No que se refere aos procedimentos técnicos, realizar-se-á pesquisa bibliográfica (base conceitual e estado da arte), documental (cursos FIC ofertados pelo campus Laranjal do Jari) e empírica, com coleta de dados primários diretamente na comunidade, por meio da realização de entrevistas em campo, gerando um relatório técnico com sugestões de cursos FIC a ser apresentado à gestão institucional nas esferas local e regional. O aporte teórico fundamenta-se em autores como Vygotsky (1998), Husserl (1965), Marx e Engels (2018) e Freire (2018). Os dados coletados, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, subsidiarão a proposição e a construção da Proposta Pedagógica de Curso (PPC), permitindo a quantificação de categorias predominantes e a identificação de pontos em comum entre os atores entrevistados.

Palavras-chave: formação inicial e continuada; comunidades da floresta; e educação profissional e tecnológica.

ABSTRACT

The Jari Valley, located across the states of Amapá and Pará, is home to traditional and extractivist communities formed by families who live in forest areas, such as São Francisco do Iratapuru, whose only access is by river. Despite their entrepreneurial potential, these communities face significant challenges related to access and mobility, as well as limitations in initial and continuing education. Such constraints contribute to low rates of high school completion among adults and encourage partial or total family migration to urban areas so that children can attend school, given the geographic isolation. Within the scope of the Iniciativa Amazônia +10, the project entitled “Challenges and perspectives of initial and continuing education in forest and riverine communities: a study on the feasibility of intervention by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá” aims to map educational needs and propose strategies for offering courses that value existing technical and technological knowledge. The initiative seeks to improve quality of life and strengthen the economic autonomy of these communities. The educational product intends to contribute to initial and continuing education in this community as a pilot project, with the possibility of expansion to other forest and riverine communities in the Jari Valley that share similar territorial characteristics. This will occur through the development of Initial and Continuing Training (FIC) courses, validated in collaboration with the community. The research is characterized as an exploratory and descriptive case study with a qualitative approach. Technical procedures include bibliographic research (conceptual framework and state of the art), documentary analysis (FIC courses offered by the Laranjal do Jari campus), and empirical investigation through primary data collection in the community via field interviews. The study will result in a technical report containing suggestions for FIC courses to be presented to institutional management at local and regional levels. The theoretical framework is based on authors such as Vygotsky (1998), Husserl (1965), Marx and Engels (2018), and Freire (2018). Data will be analyzed using content analysis, identifying and quantifying predominant categories to determine common points among the interviewed participants.

Keywords: initial and continuing education; forest communities; professional and technological educational.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos Sujeitos.....	51
Gráfico 2 – Idade dos Sujeitos.....	52
Gráfico 3 – Tempo que mora na comunidade.....	53
Gráfico 4 – Principais fontes de renda da família.....	55
Gráfico 5 – Tipo de atividades econômicas têm maior potencial na comunidade.....	56
Gráfico 6 – As barreiras ao acesso à formação inicial e continuada na comunidade.....	58
Gráfico 7 – Há incentivos a FIC voltada para o empreendedorismo sustentável.....	59
Gráfico 8 – Impactos das parcerias no fortalecimento de habilidades empreendedoras.....	62
Gráfico 9 – Cursos prioritários que atenderem às necessidades da comunidade.....	64
Gráfico 10 – Possíveis contribuições FIC	66
Gráfico 11 – Contribuições do IFAP à oferta de FIC	67

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CME	Conselho Municipal de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa CF Constituição Federal
DEPPI	Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
EJA	Educação de Jovens e Adulto
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PROFEPT	Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
PPC	Proposta Pedagógica de Curso
PDEEA	Plano Decenal de Educação do Estado do Amapá
PME	Plano Municipal de Educação
PMLJ	Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari
PNE	Plano Nacional de Educação
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Laranjal do Jari
TCLE	Termo de Consentimento Live e Esclarecido

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Objetivos	18
1.1.1	Geral	18
1.1.2	Específico	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	O contexto histórico da implantação do sistema educacional de formação em Laranjal do Jari	20
2.1.1	O sistema de ensino formal	20
2.1.2	O sistema de ensino não – formal	24
2.2	A Oferta de Ensino Formal nas Comunidades da Floresta	26
2.3	A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá no Vale do Jari	30
2.3.1	A Oferta dos Cursos de Formação Inicial Continuada nas Comunidade da Floresta	34
3	PERCURSOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA	39
3.1	Caracterização da Pesquisa	39
3.2	Campo da Pesquisa ou Terreno da Pesquisa	42
3.3	Universo da Amostra	42
3.4	Instrumento de Coleta de Dados	43
3.5	Tratamento dos Dados	44
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1	Caracterização, expectativas e demandas formativas	49
4.2	Conhecendo a comunidade São Francisco do Iratapuru	49
4.3	Perfil Formativo dos Moradores	50

4.3.1	Características dos respondentes	47
4.3.2	Tempo que reside na comunidade	49
4.3.3	As principais fontes de renda da família	50
4.3.4	Tipos de atividades econômicas com maior potencial de desenvolvimento na comunidade na percepção dos respondentes	52
4.3.5	Principais barreiras ao acesso à formação inicial e continuada na comunidade	53
4.3.6	Instituições ou parcerias educacionais que fortalecem a formação inicial e continuada voltada para o empreendedorismo sustentável	56
4.3.7	Cursos FIC prioritários que atenderem às necessidades da comunidade	59
4.3.8	Contribuições dos cursos FIC para a vida pessoal e empreendedora	61
4.3.9	Opinião sobre a contribuição do Instituto Federal à comunidade com a oferta de FIC	63
4.3.10	As expectativas formativas, profissional e tecnológicas da comunidade São Francisco do Itatapuru	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	77
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)	85
	APÊNDICE C – RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR	88
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO	84
	ANEXO I – COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC DO GESTÃO E TURISMO	90
	ANEXO II – ATA DE REUNIÃO	91
	ANEXO III – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	93
	ANEXO IV – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	94
	ANEXO V – PARECER TÉCNICO AO PPC CURSO FIC DE GESTÃO E TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS	99

APRESENTAÇÃO

A vida é feita de escolhas motivadas pelas experiências do espaço vivido, as quais instrumentalizam o olhar e a sensibilidade para os fatores vulneráveis no Vale do Jari. Foram elas que me trouxeram até esse momento de defesa no Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

Chegar aqui, confesso que não foi fácil, e o desafio iniciou antes mesmo de eu me tornar professora, a ausência da oferta de graduação inicialmente, e o curso *Stricto Sensu* na região, fizeram com que esse sonho tivesse de ser adiado. Hoje compreendo o momento de espera era, na verdade, um preparo para coletar experiências e ao ingressar no projeto vinculado a iniciativa Amazônia + 10, foram elas que delimitaram a pesquisa-ação que hoje compartilho com vocês.

A escolha pela linha “Memórias” retrata o desejo esse de seguir no projeto em que inicialmente atuei como coorientadora de um dos subprojetos e de integrar um diálogo que pudesse se converter em ações a serem realizadas por mim, pela equipe e pelas Instituições que unem a todas que estão inseridas neste Programa. Desta forma, as minhas memórias, são instrumentos que somam a esta pesquisa e conduziu a minha caminhada.

A qual compartilho!

Memórias espaço-temporais que converte uma docente em pesquisadora

Nascida no município de Almeirim no estado do Pará, margem direita do Rio Jari, migrei ainda criança para o lado esquerdo do mesmo rio, passando a morar no município de Laranjal do Jari no estado do Amapá, contudo, o processo migratório me manteve na região do Vale do Jari.

Minha primeira formação profissional foi no antigo curso de Magistério (integrado ao ensino médio), oferecido pela escola estadual Mineko Hayashida. Naquele período, os cursos superiores eram uma realidade distante do nosso contexto social. A formação em Magistério era especificamente voltada para preparar professores da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental.

Iniciei minha carreira no Magistério em 2002, atuando até 2007 nas séries iniciais, sob contrato com a Prefeitura de Laranjal do Jari. Paralelamente, entre 2005 e 2006, trabalhei na empresa Sesc Ler, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo o

acesso gratuito à educação básica para trabalhadores terceirizados da Jari Celulose. Em 2007, passei no meu primeiro concurso público para as séries iniciais no município de Vitória do Jari/AP, na área do magistério (ensino médio). No final de 2008, a prefeitura estabeleceu um convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) do Pará, posteriormente transformado no Instituto Federal do Pará (IFPA), para oferecer o curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia aos professores da rede pública municipal, ingressei em 2009, na primeira turma, finalizando o curso em 2012.

Vale ressaltar que até 2008 fiquei lotada nas escolas localizadas na sede do município. Em 2009, houve mudanças de gestão, fui lotada nas escolas do campo, onde permaneci até 2011. Foi a minha primeira experiência direta com as comunidades das florestas, lecionando diretamente nelas. Foram 3 anos de aprendizagem, pude vivenciar famílias em estado de extrema pobreza, muitas vezes nós, professores, tínhamos de improvisar meios pedagógicos que fossem possíveis para os alunos não evadirem.

A evasão ocorria devido aos períodos das cadeias produtivas do extrativismo - muitos pais precisavam levar os filhos juntos para o seio da floresta (período da colheita da castanha-do-brasil). Outros fatores, como às grandes enchentes que atingiam o acesso e as próprias comunidades e à ausência de infraestruturas adequadas das escolas e inúmeros descasos distanciando o acesso à educação.

Durante este percurso, tive o privilégio de ouvir as histórias dos moradores dessas comunidades, aprendendo sobre sua chegada à região, seus modos de sobrevivência e suas expectativas para inclusão no processo de desenvolvimento no Vale do Jari. Em 2012, retornei a lecionar na cidade, com o objetivo de concluir o curso de Licenciatura em pedagogia, fui lotada na secretaria de educação, coordenação das escolas do campo, por lá fiquei até 2016 (1º semestre), quando fui aprovada no concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O IFAP trouxe não apenas para mim, mas para todo o Vale do Jari a ampliação da oportunidade de formação profissional, já tendo formado, entre ensino técnico e profissionalizante, graduação e pós-graduação mais de 5 mil profissionais, despertando o respeito pela instituição e alimentando o sonho de moradores de grande parte do Vale, em realizar alguma formação na instituição.

Concluindo um ciclo nas séries iniciais e iniciando na educação profissional e tecnológica, entre os anos de 2016 a 2024 (1º semestre) fui designada para o setor pedagógico, onde exerci a função de pedagoga. Assumi a coordenação pedagógica, a coordenação geral de

curso e a coordenação de polo Jari/Associado da Universidade Aberta do Jari - UAB e, em 2024 (1º semestre), fui aprovada no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Continuo o percurso em busca de conhecimentos.

A partir dessas experiências com as comunidades da Floresta surgiu a motivação para escolher o PROFEPT, com o objetivo de oferecer formação inicial e continuada a comunidades carentes e peculiares. Focando na linha de pesquisa 'Memórias', pretendo realizar um levantamento da comunidade São Francisco do Iratapuru para identificar quais expectativas podem ser atendidas pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Durante minhas vivências, constatei o extremo abandono educacional em que essas famílias vivem. Embora tenham um forte desejo de adquirir conhecimentos, elas preferem não deixar suas comunidades. No entanto, a prefeitura oferta o ensino fundamental, porém o ensino médio não é ofertado (Freitas *et al.*, 2026).

Quanto aos cursos técnicos e profissionais, a maioria das instituições de ensino não demonstra interesse em alcançar essas localidades, que frequentemente são de difícil acesso devido às condições geográficas e climáticas. Diante desse contexto, acredito que os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) proporcionarão conhecimentos técnicos e tecnológicos essenciais para as atividades de subsistência de cada comunidade envolvida.

É fundamental realizar um estudo de viabilidade para garantir que a instituição possa chegar a essas localidades, evitando a necessidade de deslocamento dos estudantes até a sede do município. A educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico, é uma forma de contribuir de maneira significativa para com essas comunidades, que historicamente enfrentam a exploração da mão de obra e a ausência de políticas públicas são uma forma de reconhecer e valorizar sua importante contribuição para a economia local e regional preservando a cultura local.

Seguindo as diretrizes do ProfEpt a presente dissertação está estruturada em 5 (cinco) seções:

Na seção 1. Encontra-se a introdução, o tema da pesquisa, o problema de pesquisa, os objetivos da dissertação;

Enquanto na seção 2. Aborda a revisão da literatura e estado da arte, nela constará a historicidade da implantação do sistema de ensino em Laranjal do Jari, com ênfase no ensino formal e no não formal. Neste contexto, a pesquisa foca na oferta de ensino formal nas comunidades da Floresta e do Rio, destacando a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá no Vale do Jari e a importância dos cursos de

Formação Inicial Continuada para essas comunidades. Este capítulo posteriormente alimentará um artigo científico a ser submetido a revista da área de temática;

Na seção 3. Será abordada a metodologia utilizada no projeto, onde será descrita a caracterização e todos os caminhos adotados durante a trajetória desta pesquisa: definição, tipo de pesquisa, caracterização do campo, amostra, critérios de inclusão e exclusão, assim como os perfis dos colaboradores, riscos da pesquisa e demais etapas;

E a seção 4. Apresentamos os resultados encontrados no formato de relatório técnico, para um melhor entendimento e análise do assunto em foco procurando esclarecer os princípios básicos dessa abordagem, e trazendo o que justifica a intervenção do IFAP, mediante as memórias contemporâneas do valor da instituição para estas comunidades. Salienta-se que parte dos resultados integram um artigo que deve os dados parciais aprovados, apresentados e publicado como capítulo de Livro dos Anais do Congresso Internacional do Movimento Docente, ocorrido em outubro de 2026: e

Por fim, a seção 5. Envolve o relato técnico da construção da proposta do curso de Formação Inicial e Continuada - FIC junto a docentes do instituto e posteriormente dialogado com a comunidade, para que os ajustes sejam realizados e o sentimento de pertencimento a proposta seja efetivado. Essa experiência de feedback será submetida em formato de relatório de práticas de intervenção pedagógicas e históricas no encontro de movimento docente a ocorrer em outubro de 2025.

Somam-se ao final, o direcionamento do relato dos desafios e expectativas de novos estudos a ser apresentado no tópico considerações finais da dissertação.

1 INTRODUÇÃO

O Vale do Jari é uma região situada em terras amapaenses e paraenses, com predomínio de comunidades tradicionais, cujas sedes de municípios e distritos localizam-se às margens do rio Jari, cujo nome tem origem indígena. Costa (1998) relata que, no início da constituição do município de Laranjal do Jari/AP, muitas pessoas vieram de outros estados em busca de emprego e de melhor qualidade de vida. A região despertava grande interesse devido à riqueza da floresta e aos recursos minerais, aliados à possibilidade de escoamento dos produtos pelo rio Jari à época. Atualmente, predominam atividades de extrativismo vegetal, animal e mineral, além do comércio e da indústria.

A princípio, a organização territorial dos agrupamentos populacionais era conhecida como Beiradinho (atual município de Vitória do Jari) e Beiradão (atual município de Laranjal do Jari), formados por pessoas oriundas de outras localidades ou que não eram empregadas pelas empresas do grupo Jari. Parte desses trabalhadores também migrou para comunidades tradicionais, como São Francisco do Iratapuru, São José, Santo Antônio da Cachoeira e Padaria, que passaram a se reorganizar nesses espaços em razão das dinâmicas econômicas decorrentes da ocupação do território, especialmente com a implantação da hidrelétrica Santo Antônio. Nessas localidades, essas populações encontraram, nas florestas e nos rios, os recursos necessários para a subsistência, impulsionando a economia local.

Embora a floresta e os rios proporcionem o bem viver nas comunidades tradicionais, a ausência de serviços básicos, como o acesso à educação, constitui um entrave ao desenvolvimento sustentável, conforme observado por Portugal *et al.* (2026) e Caramello *et al.* (2025). Ainda que os residentes dessas comunidades demonstrem forte interesse em adquirir e aperfeiçoar conhecimentos, enfrentam diversos desafios decorrentes da localização remota, das condições geográficas e climáticas e das dificuldades de acesso a serviços essenciais, incluindo a formação inicial e continuada. Mesmo diante dessas limitações, essas populações optam por permanecer em suas comunidades e preservar seu modo de vida, mantendo sua identidade, cultura e tradições locais, sempre em harmonia com a natureza.

Nesse sentido, Damasceno e Santos (2017) destacam que, do ponto de vista da preservação das tradições, manter a essência dessas localidades é fundamental. Desse modo, torna-se essencial a realização de pesquisas que incorporem e respeitem os saberes tradicionais, tornando o ensino mais relevante e significativo. Nesse contexto, a investigação é orientada pelas seguintes questões: qual é a expectativa educacional da comunidade? Quais fatores dificultam a oferta de formação inicial e continuada? Quais cursos o Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá já ofertou na comunidade extrativista de São Francisco do Iratapuru? Quais são as possibilidades de a instituição atender às demandas dessa comunidade?

Essas questões estão inseridas na problemática do abandono educacional, que possivelmente decorre da ausência de políticas públicas e privadas voltadas à oferta de cursos nessas localidades de difícil acesso. Tal cenário é agravado pela distância geográfica e pelas condições climáticas, que tornam a implantação de programas educacionais ainda mais complexa, além do desconhecimento, por parte de muitos, da existência dessa realidade. Dessa forma, a pesquisa propõe-se a evidenciar esse cenário e a construir caminhos que viabilizem a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4, que preconiza a “Educação de Qualidade” como um dos pilares da sustentabilidade (IPEA, 2018a), bem como contribuir para o ODS nº 11, que ressalta a urgência de Cidades e Comunidades Sustentáveis (IPEA, 2018b). Esses desafios exigem abordagens técnicas, tecnológicas e inovadoras, adaptadas às especificidades locais, para garantir que os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) sejam efetivos e acessíveis. Soares *et al.* (2020) apontam que o isolamento geográfico, a vastidão das florestas e as extensas redes hidrográficas dificultam o acesso à formação inicial e continuada. Contudo, esses territórios devem ser compreendidos como espaços singulares, ricos em fauna, flora, cultura e memória, com potencial para contribuir significativamente para a qualidade de vida dessas populações.

No contexto apresentado, o projeto intitulado “Desafios e perspectivas da formação inicial e continuada na comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá” propõe estabelecer uma linha de análise e discussão acerca da realidade de São Francisco do Iratapuru, bem como da possível oferta de cursos, que pode representar uma alternativa relevante para essas famílias empreendedoras, evitando deslocamentos indesejáveis entre a comunidade e a sede do município de Laranjal do Jari.

Diante dessas premissas, pretende-se realizar estudos de viabilidade para a oferta de cursos FIC que atendam às demandas da comunidade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Conhecer a história e as memórias formativas da comunidade de São Francisco do

Iratapuru, bem como suas demandas e expectativas educacionais, visando à oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, por meio de cooperação técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) e a Secretaria Municipal de Educação de Laranjal do Jari.

1.1.2 Objetivo específicos

- ✓ Analisar o processo histórico de implantação do sistema educacional nas comunidades de floresta, a fim de compreender o cenário atual da comunidade de São Francisco do Iratapuru;
- ✓ Avaliar as expectativas formativas, profissionais e tecnológicas da comunidade, bem como os possíveis impactos da atuação do Instituto Federal no Vale do Jari;
- ✓ Mapear estratégias de formação inicial e continuada para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos técnicos e tecnológicos essenciais à comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A investigação fundamenta-se nas teorias de Vygotsky (1998), que contribuem para a compreensão da influência das interações sociais na formação inicial e continuada, constituindo o acervo cultural das comunidades de Laranjal do Jari. Husserl (1965) destaca a importância do desenvolvimento da consciência crítica e da reflexão para a transformação social, uma vez que a oferta de cursos para comunidades da floresta deve ir além da mera transmissão de conhecimento, promovendo a conscientização sobre direitos e a valorização da cultura local.

Além disso, Marx e Engels (2018) afirmam que as condições materiais influenciam a forma de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, a consciência e a cultura de uma comunidade. Nesse sentido, no que se refere à formação inicial e continuada, Freire (2018) defende uma educação voltada à conscientização crítica e ao empoderamento dos sujeitos, permitindo que se tornem protagonistas de suas próprias realidades

2.1 O contexto histórico da implantação do sistema educacional de formação em Laranjal do Jari

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de uma região, especialmente em localidades de difícil acesso. Marcado por fatos históricos relevantes, o município de Laranjal do Jari possui um território de rica diversidade cultural e histórica. A implantação do sistema de ensino na região marcada pela educação formal e informal, influenciada por diretrizes nacionais e internacionais. Para Simões e Chagas (2024), o direito à educação deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente da região, visando à dignidade humana, à sustentabilidade regional e à formação para a cidadania.

2.1.1 O sistema de ensino formal

A partir das décadas de 1960 e 1970, o Vale do Jari tornou-se atrativo para pessoas de várias partes do Brasil, especialmente do Nordeste. A história da educação na região está relacionada ao desenvolvimento socioeconômico, marcado, principalmente, pela exploração da borracha no início do século XX e, posteriormente, pela implantação do Projeto Jari. Com o crescimento desordenado da população, aumentou a carência de políticas públicas e a necessidade de oferta de escolas para as comunidades e vilas que surgiam.

Em 17 de dezembro de 1987, Laranjal do Jari foi desmembrado do município de Mazagão, por meio da Lei nº 7.639. Nesse período, as escolas estavam concentradas na área

urbana e, de forma gradual, foram sendo construídas para atender aos filhos de seringueiros, castanheiros e comunidades ribeirinhas. Com a emancipação do município, Cruz (2023) destaca que, entre as melhorias, passaram a ser ofertados serviços antes inexistentes, como a educação básica. Mesmo com essas mudanças, o município apresentava baixo desempenho nos indicadores educacionais em comparação com outros municípios amapaenses.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, consolidaram-se as bases legais para garantir a educação universal em todo o território brasileiro, sem distinção entre regiões. Esse marco representou um divisor de águas na garantia dos direitos fundamentais, inclusive para localidades remotas.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação de Laranjal do Jari ofertava à população apenas o ensino primário. O direito à educação, previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), reforça o compromisso constitucional por meio de princípios norteadores do ensino, como igualdade, liberdade, qualidade e gratuidade. A ausência desses direitos aprofunda a desigualdade social e territorial, afetando diretamente as regiões de floresta.

As políticas públicas educacionais são reconhecidas como direitos garantidos. Desse modo, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizam-se em regime de colaboração para a oferta do ensino. No entanto, segundo Soares *et al.* (2020), regiões de difícil acesso ainda carecem de maior atenção por parte do poder público, sobretudo quanto à falta de infraestrutura nos espaços escolares e à ausência de formação específica para professores. Esse contexto contribui para o aumento do analfabetismo e da evasão escolar, afastando essas populações dos princípios da igualdade e da equidade e comprometendo a garantia dos direitos fundamentais.

Nesse cenário, com a nova Constituição Federal de 1988, o Amapá foi elevado de território a estado da federação, conquistando autonomia política e administrativa. Com as novas políticas públicas, o estado passou a assumir a gestão das escolas estaduais e municipais, organizando suas próprias redes de ensino. Segundo Diaz (2014), essas transformações foram de grande relevância para a reformulação das políticas públicas educacionais, possibilitando a redução do analfabetismo e a construção de novas escolas.

Em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, resultou na criação da Declaração Mundial de Educação para Todos. O Brasil, juntamente com outras nações, comprometeu-se a garantir o direito à educação para todos. Para Moura e Santos (2023), a importância dessa conferência reside na organização e no fortalecimento das políticas educacionais brasileiras na última década do século XX. Dessa forma, iniciou-se uma série de medidas voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas, com

destaque para o Plano Decenal de Educação do Estado do Amapá (PDEEA), que incidu diretamente na organização educacional do estado.

Em 1991, no âmbito do Ministério da Educação, o governador Annibal Barcellos, juntamente com sua equipe administrativa, participou da elaboração do PDEEA, com vigência de dez anos (1993 a 2003), visando equiparar a educação do estado aos demais estados brasileiros por meio de estratégias, ações e metas. Entre os objetivos, destacava-se a garantia da educação básica para todos os amapaenses. Apesar do crescimento populacional, da expansão do comércio e da exploração mineral, o sistema de ensino do Amapá ainda apresentava déficit no atendimento à população de difícil acesso, bem como elevado índice de crianças, jovens e adultos fora da escola.

De acordo com o INEP (1997), os esforços governamentais no Amapá apresentavam déficit no atendimento à população em idade escolar, especialmente nas faixas etárias de 4 a 6 anos (educação infantil) e de 15 a 17 anos (ensino médio).

A maioria das escolas estaduais e municipais, na zona urbana e rural (só algumas escolas da zona rural permanecem em condições físicas precárias), passaram, nos últimos 3 anos, por significativas reformas, ampliações e adaptações, mas, ainda assim, o número de salas de aula continua insuficiente para atender há sempre crescente demanda escolar, pelos fatores acima mencionados (INEP, 1997, 57).

O documento não menciona especificamente o município de Laranjal do Jari; contudo, estabelece diretrizes que influenciam a educação em toda a Região Norte do Brasil, incluindo o estado do Amapá. O diagnóstico ressalta a heterogeneidade da comunidade escolar, destacando povos indígenas, quilombolas e migrantes que compõem a população urbana e rural do estado. Para nortear a educação básica nas escolas estaduais e municipais, foi implantada, nesse período, a Secretaria Estadual de Educação (SEED).

Segundo Sá e Ferreira (2020), o PDEEA contribuiu para o fortalecimento da educação básica no estado, que enfrenta diversos obstáculos, como o crescimento demográfico desordenado e a ausência de recursos para investimento na infraestrutura das escolas. A gestão de políticas públicas, especialmente na área educacional, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de uma região.

Em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que impulsionou a reorganização das políticas educacionais no município de Laranjal do Jari/AP. A legislação contribuiu para o fortalecimento de ações voltadas à qualidade do ensino, à ampliação da rede escolar e à valorização do magistério, por meio da estruturação de planos de cargos e carreiras.

Contudo, apesar dessas mudanças, a oferta de educação básica no município continuou

enfrentando desafios estruturais. A cidade, construída sobre palafitas, enfrentava problemas sociais e fenômenos naturais, como incêndios e enchentes, além de apresentar elevados índices de analfabetismo e evasão escolar, com grande número de crianças, jovens e adultos fora da escola. Saviani (2007) aponta que as políticas públicas educacionais têm como principal objetivo reduzir as desigualdades entre regiões. No entanto, tais propostas não alcançaram resultados satisfatórios em Laranjal do Jari/AP, uma vez que metas como a erradicação do analfabetismo e a expansão do ensino fundamental não foram plenamente atingidas, em razão da precariedade da infraestrutura escolar.

O ano de 2001 foi marcado por avanços e pela consolidação do sistema de ensino local, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja primeira edição teve vigência de dez anos (2001–2010), seguida por uma nova versão com vigência de 2014 a 2024. Durante esse período, foram estabelecidas diretrizes para a melhoria da educação nos municípios. Em Laranjal do Jari, destacam-se a atuação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), responsável por garantir a qualidade da merenda escolar, e do Conselho Municipal de Educação (CME), que passou a normatizar e fiscalizar a organização das políticas educacionais locais.

Em 2011, foi instituída a Lei nº 401/2011, em consonância com a Constituição Federal e com a LDB, conferindo maior autonomia aos municípios para a criação de políticas educacionais próprias, respeitando as particularidades locais e adequando o ensino à realidade da população. A implementação dessa lei representou um marco para a educação municipal, permitindo que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) passasse a desenvolver ações voltadas à melhoria da educação local. Nesse sentido, Sousa *et al.* (2023) destacam que essa iniciativa possibilitou a integração de diferentes concepções, saberes e experiências às realidades das escolas públicas.

Em 2012, o Conselho Municipal de Educação aprovou a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em consonância com a Lei nº 11.274/2006. Essa mudança ampliou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, implicando alterações curriculares, na formação de educadores e nos sistemas de avaliação. Segundo Silva (2023), a ampliação do tempo de permanência na escola favorece as oportunidades de aprendizagem e o acesso ao conhecimento, por meio de múltiplas formas de construção do saber. O ensino tradicional passou, então, a adotar uma nova estrutura organizacional, considerando as necessidades educacionais e o perfil dos estudantes.

Nesse contexto, ressalta-se que o complexo cenário amazônico difere das demais regiões, sendo necessário priorizar a autonomia do sistema educacional. O autor destaca que essa autonomia deve assegurar um currículo que valorize os saberes locais em sua totalidade,

como forma de transformar o cenário educacional e construir um modelo de ensino que corresponda às especificidades regionais. Somente em 2014, a Prefeitura Municipal, por meio da Portaria nº 023/14 – GAB/SEMED/PMLJ, instituiu a comissão técnica responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME).

Embora o município de Laranjal do Jari tenha estabelecido metas para a melhoria dos indicadores educacionais, ainda há diferenças significativas entre a educação ofertada no meio urbano e aquela disponibilizada nas escolas da floresta. Segundo Castro *et al.* (2025), essas escolas apresentam características peculiares, evidenciando tanto contradições quanto processos de resistência e resiliência. Nesse cenário, observa-se que a implementação de políticas públicas educacionais ocorre de forma parcial e precária, fazendo com que crianças, jovens, adultos e professores avancem lentamente em relação às condições observadas nas escolas urbanas.

Portanto, embora a educação seja um direito de todos, evidencia-se uma desigualdade no acesso e na qualidade da educação ofertada às comunidades da floresta. Ainda há um longo caminho a percorrer para a efetiva implementação de políticas públicas que garantam a formação inicial e continuada nas próprias comunidades, evitando o deslocamento dos estudantes para outras localidades ou mesmo a evasão escolar. Nesse contexto, a educação profissional técnica e tecnológica na Amazônia torna-se um objetivo ainda distante da realidade dessas populações, que, paradoxalmente, são fundamentais para a dinâmica econômica da região.

2.1.2 O sistema de ensino não – formal

No processo de implantação do sistema de ensino, o município de Laranjal do Jari contou com o apoio do sistema de ensino não formal. Empresas terceirizadas desempenharam papel fundamental, contribuindo para o desenvolvimento educacional, econômico e social da região. Segundo Kiewit *et al.* (2023), o ensino não formal, ofertado por meio de programas específicos, visa fomentar a formação acadêmica. Diferentemente do ensino formal, que segue uma organização curricular estruturada, o ensino não formal proporciona uma formação flexível e adaptável às necessidades do indivíduo, contribuindo para o aprimoramento de habilidades já existentes.

Nesse contexto, as instituições terceirizadas tiveram grande relevância na região, atuando principalmente nas áreas técnicas, no empreendedorismo e nas áreas culturais, ofertando cursos de capacitação voltados tanto para a inserção no mercado de trabalho formal

quanto para a qualificação para o mercado informal. Dessa forma, por longos anos, o ensino não formal contribuiu direta e indiretamente para a formação de jovens e adultos nos setores primário, secundário e terciário do município de Laranjal do Jari/AP.

Em 1997, foi implantada no município a escola particular de Enfermagem Ana Nery, dedicada à formação de auxiliares de enfermagem e, posteriormente, de técnicos. Essa oferta contribuiu para a qualificação de jovens e adultos comprometidos em atuar em um setor essencial, como a saúde da população local. Além da oferta de cursos técnicos, a instituição também oferece educação infantil, ensino fundamental I e II, bem como cursos na modalidade de educação a distância na área da saúde.

Em 2002, foi implantado na região o Serviço Social do Comércio (SESC), criado para promover a educação, a cultura, o esporte e o lazer em comunidades com menor acesso a esses serviços. A instituição oferta, de forma gratuita, projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltados à alfabetização e à formação continuada, com foco na reflexão sobre o ambiente, além de projetos de reforço escolar para alunos da rede pública das séries iniciais. Também oferece cursos de curta duração voltados para cultura, esporte e lazer.

Nesse sentido, em 2011, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foi implantado no município de Laranjal do Jari. A instituição passou a oferecer cursos de capacitação para fomentar o empreendedorismo e a sustentabilidade na região. Entre os serviços oferecidos à comunidade incluem-se consultorias e orientações técnicas e financeiras para pequenos, médios e grandes empreendedores de diversos setores.

No entanto, apesar da relevância dessas instituições para a formação educacional, profissional, técnica e tecnológica, não há evidências da oferta de cursos nas comunidades da floresta, estando essa oferta restrita à cidade. Os interessados em pleitear um dos cursos ou outra formação precisam deslocar-se de suas comunidades para estudar. Dessa forma, a educação não formal ofertada por essas instituições não difere substancialmente da educação formal, pois ambas enfrentam as mesmas dificuldades para chegar a essas comunidades, devido ao alto custo.

As pesquisadoras Lopes, Caramello e Guiradi (2026) identificaram, na Comunidade Tradicional do Braço, localizada no Vale do Jari, que a ausência de formação na própria comunidade pode ser responsável pelo baixo índice de alfabetização, pela baixa renda e por desafios relacionados à implantação de cooperativas e associações, o que pode reduzir a possibilidade de exploração da comunidade por atravessadores. Esse fato revela que levar formação profissional até as comunidades poderá proporcionar um cenário mais sustentável.

2.2 A Oferta de Ensino Formal nas Comunidades da Floresta

A população que reside na floresta historicamente enfrenta desigualdade e exclusão no acesso à educação. Essa limitação compromete tanto a formação inicial quanto a continuada, dificultando o desenvolvimento de suas territorialidades e a valorização de suas culturas tradicionais. Diversos fatores contribuem para esse cenário, como a distância entre as comunidades e a sede municipal, as condições climáticas, o ciclo agrícola, a falta de profissionais capacitados e as dificuldades na implementação de políticas educacionais, que ainda se encontram estagnadas no tempo.

Sobre o acesso à educação universal, Soares *et al.* (2020) afirmam que não é suficiente apenas garantir o acesso à educação sem refletir sobre a realidade amazônica. A política pública educacional para as regiões de difícil acesso precisa dialogar com a realidade das comunidades da floresta, considerando currículo, calendário agrícola, desafios e possibilidades, além de refletir criticamente sobre um modelo de educação linear e excludente.

Sob essa perspectiva, a implantação da educação no município de Laranjal do Jari/AP, com foco nas escolas da floresta, iniciou-se a partir de 1987. Nesse período, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santarém do Cajari iniciou suas atividades, localizada na comunidade de Santarém do Cajari, na BR-156, para atender os alunos da localidade Manoel da Raiz, situada dentro da Reserva Extrativista do Rio Cajari.

Além de garantir os direitos fundamentais a essas populações, que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região, a educação deveria assegurar a compreensão dos aspectos singulares de cada comunidade, valorizando seus saberes e práticas tradicionais.

No entanto, a oferta formal de ensino nas comunidades da floresta consolidou-se em 1990, em conformidade com a LDBEN, que estabeleceu a divisão das modalidades de ensino. Para Sílvia (2019), trata-se de uma referência essencial para assegurar os direitos educacionais nas comunidades de difícil acesso, evitando a imposição de um modelo único de organização do ensino.

Na época, a prefeitura inaugurou a Escola Waldemar Borges Duarte, criada em 1993, e a Escola Maria do Carmo Flexa, em 1995, ambas localizadas dentro da Reserva Extrativista do Rio Cajari, com o objetivo de atender às necessidades educacionais da comunidade local. Desse modo, buscava-se garantir direitos iguais, respeitando as particularidades regionais e culturais. Em 1998, foi criada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, organizada por divisão setorial, incluindo a Divisão de Educação Ambiental, que, à época, acreditava-se ser

responsável pelas escolas da floresta.

Com a Lei nº 416/2012-GAB/PMLJ, a estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) foi reorganizada, adotando um modelo de gerência. A Gerência Técnica Pedagógica (GTP) passou a ser responsável pela coordenação dos núcleos educacionais, sendo que cada GTP acompanha uma modalidade de ensino. Entre esses, destaca-se o Núcleo de Educação do Campo (NEC), cuja principal atribuição é a implementação de políticas educacionais voltadas às comunidades da floresta. Leonel *et al.* (2024) ressaltam que, embora as políticas públicas sejam fundamentais para a organização do ensino nas escolas do campo, elas não são suficientes para resolver os impactos negativos enfrentados por essas comunidades.

Nesse contexto, foram criadas novas escolas para ampliar a oferta educacional nas áreas de floresta. A Escola São Francisco do Iratapuru iniciou suas atividades em 1998. Inicialmente pertencente à rede estadual, passou para a gestão municipal após a emancipação de Laranjal do Jari. Destacam-se ainda a Escola Eduardo Santa Rosa, que atende às comunidades da Fazendinha e Timbó; a Escola Cristo Redentor, situada na comunidade do Martins, na BR-156, que atende alunos das comunidades de Açaizal, Ramal do Louro e Igarapé do Meio; e a Escola Dona Maria do Carmo, localizada na comunidade do Poção, que atende a comunidade de Aturiá.

No entanto, essas escolas ofertam apenas as séries iniciais, sem contemplar o ensino médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou cursos profissionalizantes. Conforme Cruz e Portela (2021), há uma significativa disparidade no número de jovens matriculados no ensino profissionalizante na Amazônia Legal, sendo inferior ao restante do país. Essa realidade sempre esteve presente nessas localidades, em razão do contexto geográfico da região.

Nesse período, o município de Laranjal do Jari ofertava o ensino de 1º grau, correspondente ao ensino fundamental, abrangendo do pré-escolar até a 8ª série nas escolas urbanas. No entanto, nas escolas da floresta, era ofertado apenas o ensino da 1ª à 4ª série para crianças. Essa limitação excluía jovens e adultos da continuidade dos estudos no campo, contribuindo para o aumento da disparidade entre cidade e floresta e impactando tanto a permanência dos alunos na escola quanto a continuidade de sua trajetória educacional.

Sobre o ensino na região do Jari, Costa (1998) descreve claramente a divisão entre as esferas e modalidades de oferta nas escolas da floresta.

O Ensino Supletivo, ministrado em algumas escolas da rede estadual, oferece a 1ª Etapa (1ª e 2ª séries) e a alfabetização de jovens e adultos. O ensino de 1ª grau, de competência do município, contempla 427 alunos na zona rural e 2.737. O ensino da rede estadual compreende um total de 8.716 alunos, sendo 6.276 alunos no 1ª grau, 794 alunos no 2o grau (sendo 125 no curso profissionalizante) e 1.646 alunos no supletivo (Costa, 1998, p. 58).

Dados apresentados pelo autor evidenciam a exclusão educacional: o município oferecia o ensino fundamental em dez escolas localizadas em áreas de floresta, enquanto o estado mantinha apenas uma escola. As escolas municipais ofertavam somente o ensino primário (1ª a 4ª séries), enquanto, na rede estadual, o ensino nas escolas do campo incluía o modelo modular, abrangendo da 5ª à 8ª série.

Durante esse período, observa-se um elevado índice de evasão escolar, em grande parte devido às atividades de geração de renda nas comunidades, voltadas à agricultura e ao extrativismo. Essas atividades constituem a principal fonte de sustento dos moradores e impulsionam a economia tanto do município quanto do estado. Para Costa (2021), as fragilidades na organização do ensino nas comunidades da floresta contribuem para o fracasso escolar e para a exclusão de crianças, jovens e adultos do sistema educacional. Além disso, a ausência de qualidade na educação, tanto na formação inicial quanto na continuada, gera impactos significativos na vida dos indivíduos, influenciando inclusive a permanência e o desenvolvimento das próprias comunidades.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu artigo 28, orienta de forma específica a organização do ensino para atender à população rural, incluindo as comunidades da floresta, no que diz respeito à organização dos sistemas municipais de ensino. Rodrigues (2024) destaca que as secretarias municipais de educação devem promover adaptações que considerem as peculiaridades de cada comunidade, ajustando currículo, calendário e metodologias à realidade local.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2002 estabelece diretrizes para a educação básica nas escolas do campo, tendo como base a LDBEN e o PNE, orientando a organização do ensino nas escolas da floresta no município de Laranjal do Jari. Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 reforçou a necessidade de que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental fossem ofertados nas comunidades de origem, evitando deslocamentos e garantindo o acesso à educação.

Vale ressaltar que, nessa organização educacional, há ênfase nas turmas multisseriadas, recomendando-se que as turmas de educação infantil não sejam agrupadas com as do ensino fundamental, a fim de garantir que as crianças possam usufruir plenamente de cada etapa do desenvolvimento da aprendizagem. Contudo, para assegurar o acesso à educação, as turmas são organizadas de forma multisseriada, alternativa amplamente utilizada nas comunidades da floresta.

Para Benigno *et al.* (2023), as turmas multisseriadas precisam ser repensadas, pois, no

contexto amazônico, a realidade de oferecer a mesma qualidade de ensino encontrada nas escolas urbanas ainda está distante. O currículo, portanto, deve ser reformulado para atender à heterogeneidade dessas comunidades, adotando uma abordagem interdisciplinar que contemple temas globais, sem perder de vista a valorização da cultura local. Além disso, torna-se fundamental investir na formação de docentes específicos para atuação nas escolas da floresta.

Nesse contexto, foram criadas novas escolas, como a Escola Água Branca do Cajari, criada em 2005, para atender às comunidades de São Pedro, Mangueira e Açaizal, e a Escola Kaiser Menezes Nascimento, criada em 2009, situada na comunidade Conceição do Muriacá, às margens do rio Muriacá do Cajari, atendendo alunos das comunidades de Itapeiona e São Luiz. Ambas ofertam educação infantil, conforme as orientações do CNE/CEB.

Contudo, o município de Laranjal do Jari ainda enfrenta desafios relacionados à desigualdade e à ausência de aplicação efetiva de políticas públicas nas escolas mais distantes. Embora tenham ocorrido melhorias por meio do Plano Nacional de Educação, persistem dificuldades relacionadas à infraestrutura escolar, à qualificação dos professores e à adequação do calendário acadêmico às realidades locais. Nesse sentido, o PNE 2011–2020 buscou ampliar e qualificar as opções educacionais nessas regiões, promovendo maior inclusão e qualidade educacional para as comunidades de difícil acesso.

A resolução estabelece um conjunto de procedimentos a serem adequados às diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Leite (2024) afirma que, historicamente, a implantação do ensino ocorre de forma lenta e insatisfatória, e que a realidade das escolas do campo não condiz plenamente com as normativas vigentes. As propostas de ampliação dos investimentos nas escolas da floresta não devem ser vistas apenas sob a ótica do desenvolvimento e da integração local, mas também como garantia de direitos.

Com o objetivo de reforçar a garantia do direito à educação básica nas comunidades de difícil acesso, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá sancionou a Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. Em especial, os artigos 59, 60 e 61 instituem o Sistema Modular de Ensino (SOME). As diretrizes reforçam a valorização do magistério, a estruturação de planos de cargos e carreiras e a formação continuada de professores (Brasil, 2005).

O Projeto SOME teve origem na década de 1980 e foi implantado no Amapá em 2005, com o objetivo de dar suporte às comunidades da floresta amazônica e elevar o desempenho educacional das populações por meio da oferta do ensino fundamental e médio na modalidade modular. O programa atende alunos de municípios como Calçoene, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque e Porto Grande, regiões com maiores desafios geográficos.

Desde a implantação do Sistema Modular, estudos realizados por Melo *et al.* (2021)

indicam que houve ampliação do acesso à educação básica para alunos que vivem em localidades distantes, proporcionando oportunidades para que jovens e adultos deem continuidade aos estudos dentro de suas próprias comunidades. Segundo os autores, essa mudança foi fundamental para o Vale do Jari, onde anteriormente a trajetória escolar frequentemente se encerrava na antiga 4ª série, exceto para aqueles que tinham condições de se deslocar para outras localidades.

Dessa forma, a oferta de educação nas escolas da floresta vem sendo construída de maneira gradual. Atualmente, a educação infantil até o ensino médio é garantida, sendo que escolas como as de Santo Antônio, São José e Padaria contam com colaboração do estado. No entanto, a adesão à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é baixa, assim como o interesse de instituições na oferta de cursos profissionalizantes, que poderiam impulsionar o empreendedorismo e a sustentabilidade na região.

2.3 A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá no Vale do Jari

O Vale do Jari é uma região rica em sociobiodiversidade, formada entre florestas e marcada pela exploração de recursos naturais, pelo crescimento desordenado da população e por investimentos limitados na educação. A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. O IFAP oferta cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio, subsequentes, na modalidade de educação a distância e de nível superior, proporcionando à população oportunidades de formação integral, contribuindo para a transformação de realidades e a preservação da identidade local.

Com os avanços tecnológicos e as mudanças nos cenários políticos, econômicos e sociais, cresce a necessidade de ampliação da formação profissional técnica, promovendo uma formação integral que prepare os indivíduos para acompanhar o desenvolvimento econômico da região e as exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental a oferta de educação profissional voltada à qualificação e à capacitação da população. Em conformidade com Macedo (2014):

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas de governo voltadas para a educação profissional e tecnológica, tendo em seu bojo o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local e regional e um efetivo diálogo com outras políticas setoriais (Macedo, 2014, p. 16).

De acordo com Macedo (2014), essas políticas de iniciativa governamental estão alinhadas ao desenvolvimento local e regional, e a implantação dos Institutos Federais (IFs) busca dialogar com diferentes setores da sociedade. Dessa forma, por meio da inovação técnica e tecnológica, os IFs contribuem para a valorização das identidades culturais, não apenas capacitando profissionais, mas também fortalecendo as potencialidades de cada território.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.095, de 24 de abril, assinado pelo presidente Lula, estabeleceu-se o primeiro marco legal que normatiza a criação dos IFs no Brasil, bem como a integração de instituições já existentes, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Agrotécnicas Federais, com o objetivo de formar uma rede nacional voltada à educação profissional e tecnológica. Essa expansão permitiu a oferta de cursos técnicos, superiores e de formação inicial e continuada, fortalecendo o ensino voltado ao desenvolvimento socioeconômico e às demandas regionais.

Nesse processo, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo governo federal, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e regulamentou a implantação dos IFs para atender às demandas sociais e educacionais dos territórios. De acordo com o documento oficial (Brasil, 2008), os IFs têm como finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, garantindo a formação integral do estudante por meio do ensino, da pesquisa, da inovação tecnológica e da extensão. Dessa forma, torna-se essencial alinhar a formação ofertada às demandas do mercado de trabalho e às necessidades das comunidades do Vale do Jari.

Nesse contexto, por meio do processo nº 002/2007 (PMLJ), a prefeitura municipal destinou um terreno para a construção do campus do IFAP. As obras tiveram início em 2008; contudo, durante o processo de construção, foram encontrados vestígios arqueológicos, o que exigiu a interrupção temporária das atividades para a retirada e catalogação dos artefatos.

Durante esse período, o IFAP realizou audiências públicas, incentivando a participação da comunidade local, de representantes do setor produtivo e de lideranças políticas. Como resultado, foram implantados cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inicialmente na forma subsequente, nas áreas de Informática, Secretariado e Secretariado Escolar.

Em 2010, o IFAP contou com parcerias da Secretaria Municipal de Educação, por meio de convênios voltados à capacitação de servidores na área administrativa escolar, e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que cedeu salas de aula na Escola Municipal Terezinha Queiroga para o início das atividades acadêmicas. Nessa fase inicial, foram matriculados 280 alunos, distribuídos entre os cursos técnicos subsequentes em Informática,

Secretariado e Secretariado Escolar.

De acordo com Oliveira e Caetano (2024), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) resulta de um processo histórico marcado por transformações sociais. Essas mudanças foram fundamentais para a comunidade do Vale do Jari, composta por três municípios, além de diversas comunidades ribeirinhas e de floresta. Tais transformações contribuíram para a reconfiguração dos cenários políticos e sociais da região, atendendo às demandas do mercado de trabalho e promovendo mudanças significativas na vida da população.

A partir de 2011, o campus Laranjal do Jari passou a ofertar os primeiros cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Informática, Secretariado e Meio Ambiente. O critério para matrícula era a conclusão do ensino fundamental, e o ingresso ocorria por meio de processo seletivo com provas objetivas.

Não apenas estudantes de Laranjal do Jari/AP, mas também de Vitória do Jari/AP e Almeirim/PA participaram do processo seletivo, buscando uma das vagas ofertadas. Segundo Sampaio e Amorim (2023), o ensino médio integrado baseia-se em uma proposta pedagógica de formação humana integral, na qual teoria e prática são indissociáveis.

Nesse sentido, busca-se promover a formação do indivíduo em múltiplas dimensões, permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades. Em 2012, ocorreu a entrega do prédio definitivo do campus, equipado com ambientes climatizados, laboratórios modernos, biblioteca e setores administrativos. Nesse mesmo ano, foi ofertado o curso técnico em Comércio na modalidade PROEJA. Segundo Carmo *et al.* (2020), o PROEJA destina-se a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada, possibilitando a continuidade dos estudos. Os autores destacam que, além da educação básica, os estudantes passam a ter oportunidades de inserção no mundo do trabalho por meio da formação profissional ofertada pelos IFs.

Dando continuidade à expansão educacional, em 2014 iniciou-se a oferta do ensino superior com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Posteriormente, foram implantados cursos como o tecnólogo em Gestão Ambiental, o bacharelado em Administração e o bacharelado em Engenharia Florestal, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e preparados para ingressar no mercado de trabalho.

No mesmo ano, o campus firmou convênio com o Incra, por meio da Lei nº 10.256/2001, passando a ofertar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no assentamento do Loteamento Maria de Nazaré Mineiro, levando aos assentados o curso de Meio Ambiente na forma subsequente. Contudo, as demais comunidades não foram contempladas. Camacho (2024) destaca que o programa articula teoria e prática, além de integrar ensino,

pesquisa e extensão, buscando garantir o acesso à educação para pessoas que residem em áreas de reforma agrária.

Os cursos desenvolvidos no âmbito do PRONERA envolvem metodologias diferenciadas, com foco no desenvolvimento social, econômico e cultural dos assentamentos. A oferta abrange tanto cursos técnicos quanto de graduação, com abordagens pedagógicas distintas das adotadas nos cursos regulares, atendendo às especificidades dessas populações.

No início de 2017, o campus Laranjal do Jari passou a ofertar novos cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de cursos em Agronegócio e Informática na forma subsequente. Nesse contexto, por meio da Lei nº 12.513/2011, o IFAP implantou o Programa Mediotec/Pronatec, com a oferta do curso de Informática para Internet, na forma concomitante, destinado a estudantes do primeiro e do segundo ano da rede estadual de ensino. Brasil (2011) esclarece que a finalidade dos cursos concomitantes é possibilitar ao aluno da rede pública, matriculado no ensino médio, obter formação técnica simultaneamente à formação geral, desenvolvendo competências específicas para inserção no mercado de trabalho.

Essa expansão educacional transformou a vida de muitas pessoas residentes no Vale do Jari, que passaram a ter acesso a cursos de diversas modalidades sem a necessidade de sair do município, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local. No entanto, conforme Mourão *et al.* (2025), a oferta de educação em regiões de difícil acesso não é um desafio recente no Brasil. A ausência de estratégias de governança participativa dificulta a implementação de programas específicos para áreas florestais da Amazônia, contribuindo para a exclusão dessas comunidades.

No contexto da implantação do IFAP, observa-se que inicialmente não havia propostas direcionadas às comunidades de difícil acesso do Vale do Jari. Segundo Cruz e Portella (2021), embora as demandas educacionais sejam identificadas, ainda há ausência de políticas públicas efetivas comprometidas em desenvolver estratégias que garantam igualdade de oportunidades. A baixa integração entre políticas públicas contribui para a exclusão de jovens e adultos de localidades distantes do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Diante disso, apesar dos avanços proporcionados pela implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, campus Laranjal do Jari, é possível observar transformações sociais significativas na região. Contudo, as comunidades da floresta ainda enfrentam dificuldades para acessar a EPT.

A oferta de educação básica integrada ao ensino médio, a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), os cursos subsequentes, o ensino superior, a pós-graduação e a formação inicial e continuada fortalecem o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, busca-se garantir a

permanência e o êxito dos estudantes, proporcionando à comunidade conhecimentos técnicos e tecnológicos que possibilitem a inserção no mercado de trabalho e a adaptação às transformações sociais, sem perder de vista a identidade cultural de uma população historicamente privada de seus direitos educacionais.

A implantação do IFAP na região proporcionou a jovens e adultos oportunidades de formação inicial e continuada, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a oferta de cursos de curta, média e longa duração, contribuindo para uma educação de qualidade e para a inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal.

2.3.1 A Oferta dos Cursos de Formação Inicial Continuada nas Comunidade da Floresta

As comunidades da floresta, por muito tempo, foram privadas de seus direitos básicos, especialmente no que se refere a políticas educacionais que considerem suas necessidades locais. Durante anos, foi ofertado apenas o ensino fundamental, restrito às séries iniciais, desconsiderando as especificidades dessas populações. Sabe-se que cada comunidade possui particularidades socioculturais e econômicas que precisam ser respeitadas e contempladas no processo educativo.

Castro *et al.* (2023) reforçam que a formação educacional é uma estratégia essencial para o crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade. Nessa perspectiva, as comunidades da floresta, por meio da escolarização, podem construir projetos de empreendedorismo, promovendo a democratização de oportunidades. No entanto, os processos históricos e geopolíticos dessas comunidades são marcados pelo acúmulo de desigualdades e pela ausência de políticas públicas efetivas.

Segundo Silva (2024), esses direitos são reforçados na Constituição Federal, que assegura a extensão universitária às comunidades, promovendo o direito à formação. Esse princípio amplia o acesso à educação transformadora, que pode ser alinhada à realidade dos povos das florestas e, de forma significativa, poderá fortalecer os empreendimentos nas comunidades, independentemente da localização geográfica.

Nesse sentido, sabe-se que o papel da educação estende-se para além da FIC ofertada no interior das instituições, especialmente para as comunidades de difícil acesso, que desejam ampliar conhecimentos e buscam uma qualificação que contribua com sua rotina de trabalho e de vida.

Castro e Amorim (2026) consideram que a formação educacional deve ser vista como oportunidade de expansão do conhecimento, abrangendo não só o desenvolvimento profissional

e técnico, mas também o pessoal. A inclusão dessas pessoas no mercado informal remete à valorização dos saberes adquiridos por meio de experiências de vida, somados ao conhecimento científico, técnico e tecnológico.

A inclusão social dessas pessoas no mercado formal e informal poderá contribuir significativamente na rotina empreendedora do comércio local dessas comunidades. Historicamente, as comunidades da floresta estiveram à margem da sociedade, tendo seus produtos e sua mão de obra explorados.

Borges (2017) reforça que, por meio da educação, o indivíduo poderá superar a alienação imposta pelo sistema capitalista. Desse modo, unir o conhecimento de vivência desses povos à teoria e aos conhecimentos sistematizados na formação inicial e continuada proporciona autonomia e a superação da alienação à qual essas populações foram historicamente submetidas.

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como nas universidades, são proporcionados espaços para a oferta de FIC, que desempenham um papel essencial na construção da democracia, sendo ambientes de rica interação cultural e social. Nesse contexto, a oferta de FIC para as comunidades da floresta torna-se essencial, pois, de forma direta ou indireta, contribui para o desenvolvimento econômico sustentável e, ao mesmo tempo, valoriza e preserva a cultura local.

Os Institutos Federais visam preservar a essência das comunidades da floresta na oferta da FIC, trabalhando a interdisciplinaridade entre conhecimentos técnicos e tecnológicos e os conhecimentos pré-existentes. Para o Ministério da Igualdade Racial (2024), a apresentação do ODS 19 reforça a preservação da cultura entre os povos, para diminuir as fronteiras entre as comunidades, marcadas pelas desigualdades. Sabe-se que as políticas educacionais são um dos caminhos para a equidade e a sustentabilidade nas regiões de difícil acesso.

Machado e Sousa (2020) destacam que é fundamental alinhar uma abordagem pedagógica que dialogue com as necessidades das comunidades, considerando as peculiaridades de cada localidade. Esse diálogo é primordial, especialmente em contextos como o da Amazônia, em que cada comunidade tem suas especificidades. Dessa forma, a formação inicial, articulada com as realidades locais, fortalecerá os cursos ofertados pelos Institutos Federais.

Além disso, os Institutos Federais cumprem sua missão educacional na região ao garantir à população o acesso ao conhecimento científico, técnico e tecnológico, especialmente às comunidades da floresta. Para Júnior e Neto (2023), a carência de FIC parte do próprio indivíduo; o desejo por mudanças é intrínseco e surge a partir dos nossos saberes, que influenciam diretamente nas transformações internas e no compromisso com o outro.

As contribuições para as transformações sociais promovidas por meio das formações

iniciais e continuadas não podem ser impostas ou vistas como um decreto; as mudanças devem emergir do próprio sujeito, de forma individual, a partir do desejo de transformação social. São novos caminhos que se desenharam para a promoção de uma EPT nas comunidades da floresta.

Nesses espaços de conhecimento, o ensino formal torna-se ainda mais enriquecido, mas o processo de formação inicial e continuada ofertado nas próprias comunidades de difícil acesso contribui para a formação cidadã, ética e moral dessas localidades.

Immianovsky (2024) afirma que a educação torna-se libertadora quando aliada às necessidades do indivíduo, valorizando os interesses da comunidade. Para o autor, compreender a relevância da democracia nas instituições requer considerar a influência das interações entre teorias, práticas e necessidades sociais situadas ao redor das instituições.

Desse modo, a construção de uma base sólida, que oportuniza a interação social, reforça o papel dos Institutos Federais na formação inicial e continuada. Amorim e Antônio Rocha (2024) reforçam que, nos espaços educacionais dos Institutos Federais, é fundamental a promoção de uma educação que articule ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a interação social. Compreende-se que cada comunidade tem suas peculiaridades, necessidades e carências de formação, sendo a educação o pilar essencial para o desenvolvimento de uma sociedade.

Nesse contexto, a necessidade de uma formação acadêmica e profissional completa propõe que o conhecimento seja estendido à população por meio da interação entre profissionais especializados, acadêmicos em formação — que levam conhecimentos para além dos muros da instituição — e a comunidade escolar, que, por sua vez, contribui para a formação de pessoas que não têm acesso à educação.

Nogueira *et al.* (2023) corroboram a importância dos Institutos Federais na redução da desigualdade social, ao reconhecer que todos os cidadãos têm seu papel na sociedade. A oferta de formação inicial e continuada promove a inclusão ao proporcionar oportunidades para as pessoas que residem em localidades de difícil acesso.

A FIC reforça o compromisso da educação profissional e tecnológica com a qualificação de pessoas para além dos muros das instituições, promovendo o acesso à ciência, à tecnologia e a práticas que valorizam a cultura local. Nesse contexto, a UNESCO, no caderno ODS 4 (2020), propõe igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade para todos, independentemente da localidade. A missão dos Institutos Federais na região é propor formação inicial e continuada alinhada aos saberes tradicionais.

Para Paes (2021), a importância do alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão deve estar atrelada às realidades locais. A integração dessas três dimensões possibilita a autonomia para gerenciar os próprios negócios. O papel social da Rede Federal dos Institutos Federais vai

além da oferta de cursos formais, pois há o compromisso com a oferta de cursos significativos e contextualizados, que façam a diferença no dia a dia das pessoas. Essa atuação contribui para a democratização do acesso à ciência e à tecnologia, atuando como mediadora entre o ensino formal e o contexto social.

Sob essa ótica, a formação inicial e continuada está relacionada ao tripé ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento de projetos de inclusão para comunidades situadas ao redor dos institutos e universidades, possibilitando a reflexão sobre problemas e possíveis soluções.

Pereira *et al.* (2024) reforçam que, por meio de projetos e ações, a integração entre saberes científicos e populares fortalece a reflexão sobre alternativas sustentáveis e solidárias, adaptadas às realidades locais. No contexto da formação inicial e continuada, isso está diretamente ligado à valorização do contexto social.

Para Dias (2014), o diálogo com o campo de estudos é necessário para a construção de uma perspectiva pluriépistêmica do conhecimento. Nesse sentido, o ensino norteará as rotas que direcionarão a formação inicial e continuada, por meio do olhar da própria equipe técnica que transita da teoria para o território vivo.

Nesse contexto, a FIC poderá fomentar novas teorias e reflexões sobre o objeto de estudo, além de propor formas de minimizar problemas com base em respostas fundamentadas em conhecimentos científicos. Para Souza e Pinho (2022), a formação na Amazônia é elemento relevante para a efetivação da pesquisa. Nesse cenário, os eixos formativos da educação profissional técnica e tecnológica interconectam-se com diferentes campos do saber, construídos para além da ciência, sendo relevantes para as comunidades de difícil acesso.

No contexto da extensão, a formação inicial e continuada leva o conhecimento sistematizado no interior das universidades e Institutos Federais para o campo, possibilitando a troca de saberes e experiências entre os envolvidos, sendo significativa tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, especialmente para as comunidades da floresta, que passam a atuar de forma consciente, crítica e reflexiva no empreendedorismo local, com base na sustentabilidade.

De acordo compreende-se que as ações extensionistas vão além da execução de projetos, envolvendo a participação ativa da sociedade. A formação inicial e continuada é retroalimentada quando atende às necessidades locais, efetivando as ações de ensino, pesquisa e extensão e entrelaçando essas dimensões, desde o desenvolvimento dos trabalhos de campo até a produção acadêmica e os resultados que impactam as condições de vida das comunidades envolvidas.

Desse modo, a FIC, quando realizada em espaços não formais e em contextos

comunitários, permite que os institutos atuem de forma mais próxima da realidade local, levando formação às pessoas que desejam adquirir conhecimentos formais, mas que, por residirem em localidades de difícil acesso, não têm oportunidades, permanecendo à margem da sociedade e sujeitas à exploração capitalista.

3 PERCURSOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Caracterização da Pesquisa

O fenômeno estudado segue o direcionamento metodológico amparado nos pressupostos teórico-metodológicos para o diagnóstico sobre a existência de demanda de cursos de formação para Iratapuru. Paralelamente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, busca-se a ampliação do conhecimento a respeito dos desafios das instituições em ofertar cursos em comunidades de difícil acesso. A partir de então, dedicou-se à construção de uma proposta didático-pedagógica para a oferta de cursos que visem atender às necessidades dessas localidades.

Diante do reforço da demanda motivadora da pesquisa, justifica-se que ela se classifica como pesquisa aplicada. Por meio de conhecimentos existentes, sabe-se que a soma de novos conhecimentos técnicos e tecnológicos poderá atender às necessidades sociais e econômicas dessas comunidades. A pesquisa aplicada, quando utilizada para um determinado fim, cuja aplicação prática da ciência é voltada à solução de problemas, deve ser apresentada à comunidade, buscando, junto a ela, os caminhos que desejam trilhar para a resolução da problemática identificada, o que torna este estudo uma pesquisa-ação nos moldes de Thiollent (2020).

Com relação à abordagem do problema, o objeto da pesquisa classifica-se como exploratório-descritivo, com coleta de dados qualitativos. Trata-se de um método de investigação científica voltado ao caráter subjetivo do objeto analisado, estudando suas particularidades e experiências individuais, possibilitando uma abordagem do fenômeno e dos sujeitos envolvidos em condições reais de análise no campo investigado, ou seja, em seu ambiente.

Segundo o entendimento de Richardson (2017), a pesquisa qualitativa define-se como:

O meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Richardson, 2017, p. 67).

De acordo com o delineamento, a pesquisa qualitativa descreve detalhadamente os procedimentos de campo, conferindo-lhe um grau de objetivação do fenômeno estudado e oferecendo maior flexibilidade ao pesquisador. Cumpre mencionar que, para resultados satisfatórios, torna-se necessária a utilização de técnicas e procedimentos que tenham como

objetivo assegurar o máximo de precisão nos resultados, possibilitando, assim, uma ampla margem de segurança quanto às implicações adequadas para a realidade estudada, com fins de compor o estudo empírico da pesquisa.

Nessa perspectiva, seus objetivos configuram-se como uma pesquisa exploratória, buscando familiarizar-se com o fenômeno em questão como primeiro passo para a compreensão da temática e a visão geral que envolve a literatura sobre os desafios da formação inicial e continuada nas comunidades da floresta, bem como a viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá em colaborar com o projeto na oferta de cursos FIC em comunidades de difícil acesso.

A relevância dos estudos exploratórios contribui para aumentar o grau de familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos, sendo possível obter informações relevantes sobre um contexto particular da vida real e estabelecer prioridades para investigações posteriores. Segundo Sampieri *et al.* (1991, p. 59), “os estudos exploratórios são feitos, normalmente, quando o objetivo da pesquisa é examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado ou que não tenha sido abordado antes”. Nesse contexto, o principal objetivo da pesquisa exploratória será compreender os fatores que possibilitam a formação inicial e continuada nas comunidades da floresta, especificamente na comunidade de São Francisco do Iratapuru.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente ela será de caráter bibliográfico, utilizando a técnica de garimpagem para a seleção de textos disponíveis na internet — dando prioridade a estudos regionais —, além de pesquisa documental, com levantamento realizado a partir da análise de fontes como livros e artigos científicos, considerando autores modernos e contemporâneos que apresentam correlação com o problema abordado.

Em consonância com as definições de Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Dessa forma, além de traçar um histórico sobre o objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica também norteará as informações e os dados que servirão de base para a construção da investigação proposta, possibilitando a obtenção de conhecimentos relacionados aos desafios enfrentados por pessoas que residem em localidades distantes da sede municipal. O acesso à

formação inicial e continuada configura-se como um dos meios de obtenção de novos saberes, sem perda da essência, preservando a tradição local e a permanência dessas pessoas em sua própria comunidade.

3.2 Campo da Pesquisa ou Terreno da Pesquisa

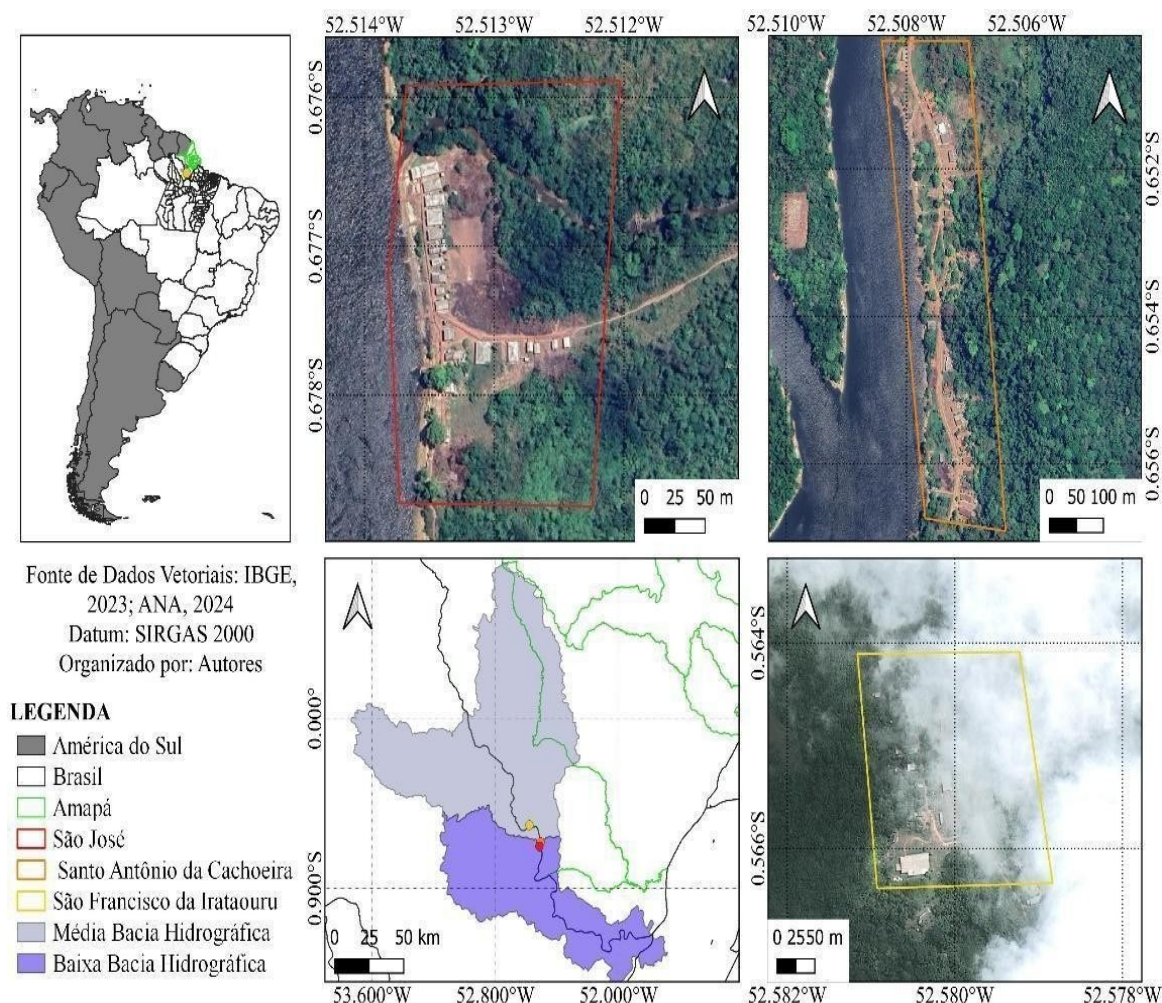
A pesquisa ocorreu na comunidade tradicional São Francisco do Iratapuru, localizada no município de Laranjal do Jari, no Vale do Jari, que é composto por 2 (dois) estados, Amapá e Pará, e 3 (três) municípios, sendo dois do Amapá — Laranjal do Jari (AP), Vitória do Jari (AP) e Mazagão (AP) — e um do Pará, Almeirim, com o distrito de Monte Dourado às margens do rio Jari.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), o campo abrange dois aspectos:

O limite no tempo, quando o fato deve ser estudado em determinado momento, e limite no espaço, quando deve ser analisado em certo lugar. Trata-se, evidentemente, da indicação do quadro histórico e geográfico em cujo âmbito se localiza o assunto (Marconi; Lakatos, 2017, p. 162).

A comunidade São Francisco do Iratapuru (Fig. 1), formada por 37 famílias que vivem na floresta, será o cenário em que o pesquisador buscará respostas para compreender as implicações da pesquisa. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Em campo, podem-se estabelecer relações constantes entre determinadas condições e eventos observados.

Figura 1 - Comunidades integrantes da pesquisa no Vale do Jari – Amapá



Fonte: Caramello *et al.*, 2026.

O campo empírico de estudo foi contemplado a partir de dados fornecidos por pesquisas realizadas nessas comunidades de floresta, considerando a dificuldade de acesso por questões geográficas e climáticas, que corroboram para a ausência de oferta de formação inicial e continuada, situação que evidencia a problemática desta pesquisa a partir do contexto do lócus.

3.3 Universo e amostra

A população desta investigação é composta por moradores da comunidade São Francisco do Iratapuru, sendo entrevistado um morador por residência, que pode ser composta por uma ou mais famílias. Como já mencionado por Caramello *et al.* (2026), essa é uma metodologia adotada pelo projeto vinculado à Iniciativa Amazônia +10, buscando alcançar ao menos uma residência por comunidade. Na comunidade de Iratapuru, no período da pesquisa,

havia 60 residências; destas, 37 foram entrevistadas, o que equivale a 62% das residências, configurando a amostra final da pesquisa. Partindo desse princípio, a amostragem representa a ação, o processo ou a técnica de escolha de uma parte segmentada para análise de um todo a ser desenvolvido na pesquisa.

É importante frisar que as etapas e definições foram escolhidas por moradores da comunidade, membros das residências, com a limitação de serem maiores de 18 anos, sendo essa a única restrição de acordo com o Comitê de Ética.

De acordo com Matta (1996), o método eficiente para conduzir a pesquisa é:

Para a escolha do processo de amostragem, o pesquisador deve levar em conta o tipo de pesquisa, a acessibilidade aos elementos da população, a disponibilidade ou não de ter os elementos da população, a representatividade desejada ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos ou eventos, a disponibilidade de tempo, recursos financeiros e humanos etc. (Matta 1996. p. 133).

O tipo de amostragem utilizado na pesquisa é a amostragem intencional, também chamada de amostragem por julgamento, que faz parte do grupo de amostragens não probabilísticas, nas quais há maior participação do pesquisador na escolha dos elementos da população que irão compor a amostra.

Para Richardson (2017), a escolha dos elementos acontece basicamente por julgamento do pesquisador, que se baseia em critérios e/ou objetivos da pesquisa. Para o autor, apesar das limitações no que se refere à possibilidade de generalização, a amostra intencional é, na prática, muitas vezes a única opção viável.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Quanto à coleta de dados, a presente pesquisa utilizou a técnica de entrevistas diretas, com questões semiestruturadas abertas, construindo um banco de dados empírico a partir da realização de dois momentos de campo. Esse levantamento foi importante para compreender os anseios, dificuldades e necessidades locais. Somente com a obtenção desses dados será possível traçar novas metas para um resultado satisfatório da pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa de campo é a afirmação:

Que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles (Marconi; Lakatos, 2017, p. 203).

Dessa forma, a pesquisa de campo reforça os estudos sobre o modo de vida das pessoas que residem na floresta e suas expectativas futuras com a oferta de cursos, visando ao incentivo ao empreendedorismo de produtos advindos da própria comunidade. Nesse viés, tais dados

serão analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida, visando à compreensão dos aspectos que incidem diretamente nos desafios da formação inicial e nas possibilidades de oferta de cursos de curta duração.

Com o intuito de alcançar dados acerca das dificuldades de acesso à formação inicial e continuada por moradores de localidades situadas na floresta, com difícil acesso, os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas, considerando este o instrumento mais adequado para a coleta.

Nesse contexto, a coleta de dados situa-se em um processo educativo, sendo que a interpretação nesse campo é fortemente influenciada pelas próprias referências históricas, sociais, políticas, culturais, epistemológicas, pedagógicas e metodológicas do pesquisador.

A entrevista permite obter informações mais detalhadas, que podem ser utilizadas em uma análise qualitativa, uma vez que busca compreender o que, como e por que determinado fato ocorre, em vez de determinar a frequência de ocorrências.

Destarte, a entrevista utilizada foi composta por 9 questões abertas, que evidenciaram informações gerais sobre o sujeito e seu cotidiano. Cumpre mencionar que o questionário foi elaborado pela pesquisadora responsável e contempla a realidade dessas comunidades, alinhado aos objetivos da pesquisa.

Ressalta-se que, quanto à entrevista, para Richardson (2017), seu objetivo principal é obter do entrevistado respostas sobre o que ele considera relevante acerca de um determinado problema, assim como descrições de uma situação em estudo. Nesse entendimento, esse tipo de coleta de dados permite uma compreensão mais profunda dos tópicos de interesse, contribuindo para o desenvolvimento relevante e significativo do estudo em questão.

3.5 Tratamento dos Dados

A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2020). As categorias foram amparadas pela efetivação de uma análise inerente à oferta de formação inicial e continuada para moradores da floresta. Torna-se de grande relevância levantar discussões acerca das contribuições do Instituto Federal, campus Laranjal do Jari, para a melhoria da qualidade de vida, o exercício da cidadania e a inclusão socioeconômica dessas comunidades. Para Richardson (2017), a análise qualitativa de conteúdo é um dos métodos de pesquisa utilizados para a análise e interpretação de textos. Para o autor, a análise de conteúdo é um tema central em todas as ciências humanas, tendo se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos.

Corroborando esse pensamento, Bardin (2020) esclarece que as técnicas de análise de

conteúdo não podem ser tomadas como prova inelutável, mas constituem, apesar disso, uma ilustração que permite corroborar, ao menos parcialmente, os pressupostos em questão. A análise de conteúdo constitui-se por meio de técnicas que têm como objetivo descrever e interpretar os resultados emitidos no processo, seja por meio de falas ou de textos.

A análise de conteúdo permite, a partir do mapeamento da frequência das respostas, quantificar a categoria predominante, sem alterar o caráter qualitativo da pesquisa, mas, sim, reafirmando o quanto determinada categoria pode vir a predominar sobre outra.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção, enfatizam-se os dados da pesquisa obtidos por meio do instrumento de coleta de dados aplicado a 37 moradores da comunidade de São Francisco do Iratapuru. Esta seção aborda as expectativas formativas, profissionais e tecnológicas de jovens e adultos que residem na referida comunidade.

Diante do exposto, esta seção trata especificamente da análise das respostas dos participantes, coletadas por meio do instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado na comunidade. Assim, didaticamente, a seção encontra-se estruturada em duas partes: na primeira, evidencia-se o perfil formativo dos moradores; na segunda, abordam-se o empreendedorismo, os cursos almejados, bem como os desafios e as possibilidades da formação inicial e continuada.

4.1 Caracterização, expectativas e demandas formativas

Na presente seção, enfatizam-se os dados da pesquisa obtidos por meio do instrumento de coleta de dados que foi aplicado a 37 moradores da comunidade do São Francisco do Iratapuru. Nessa seção, sobre as expectativas formativas, profissional e tecnológicas de jovens e adultos que residem na comunidade São Francisco do Iratapuru.

Diante do exposto, essa seção trata especificamente das análises das respostas dos participantes coletadas por meio do instrumento de coleta de dados (questionário) aplicado na comunidade. Assim, didaticamente a seção encontra-se estruturada em duas partes. Na primeira, é evidenciado o perfil formativo dos moradores e na segunda parte, o empreendedorismo, cursos almejados, desafios e possibilidades da formação inicial e continuada.

4.2 Conhecendo a comunidade São Francisco do Iratapuru

Antes de adentrar especificamente no mapeamento dos cursos para formação inicial e continuada, torna-se necessário realizar um levantamento sobre o perfil da comunidade, considerando aspectos como tempo de residência, fonte de renda e atividades empreendedoras desenvolvidas na localidade.

Essas informações são primordiais para a adequação da proposta pedagógica curricular - PPC, de modo que atenda às demandas específicas apresentadas pelos moradores. Para a obtenção dos dados, foram consideradas as seguintes categorias de análise: sexo, idade e tempo

de residência na comunidade e as atividades geradoras de renda.

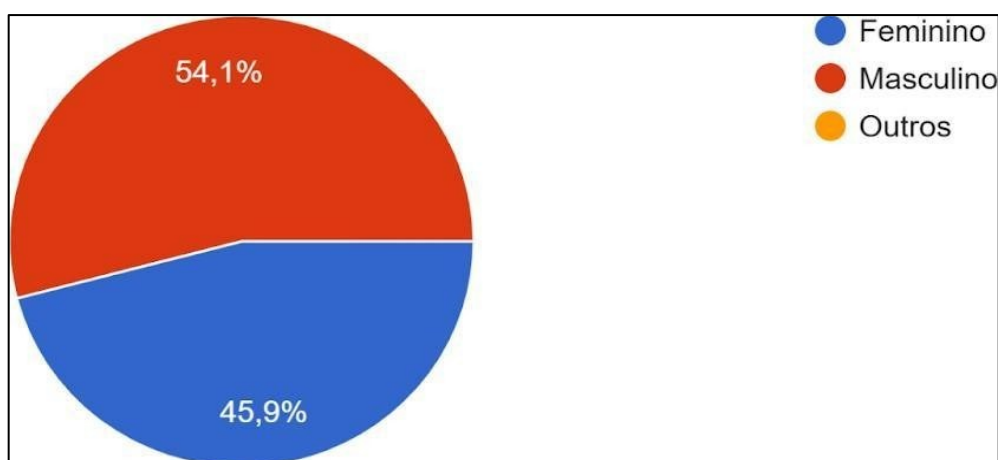
4.3 Perfil Formativo dos Moradores

Antes de adentrar especificamente no mapeamento dos cursos para formação inicial e continuada, torna-se necessário realizar um levantamento sobre o perfil da comunidade, considerando aspectos como tempo de residência, fonte de renda e atividades empreendedoras desenvolvidas na localidade. Essas informações são primordiais para a adequação da Proposta Pedagógica Curricular (PPC), de modo que atenda às demandas específicas apresentadas pelos moradores. Para a obtenção dos dados, foram consideradas as seguintes categorias de análise: sexo, idade, tempo de residência na comunidade e atividades geradoras de renda.

4.3.1 Características dos respondentes

Dos respondentes na comunidade São Francisco do Iratapuru, 54,1% foram do sexo Masculino e 45,9% do sexo feminino (Gráfico 1), mantendo um equilíbrio entre a representatividade de ambos na pesquisa. Como a entrevista ocorreu em um final de semana, as famílias estavam em suas residências permitindo tal êxito.

Gráfico 01 - Sexo dos sujeitos Fonte: Elaboração da Pesquisadora/nov.2024



Fonte: Elaboração da Pesquisadora/nov.2024.

A análise desse perfil demográfico mostra-se relevante para subsidiar a definição da oferta de cursos, de modo a favorecer a participação equitativa de homens e mulheres, atendendo às necessidades e especificidades da comunidade. Para Souza (2025), as atividades

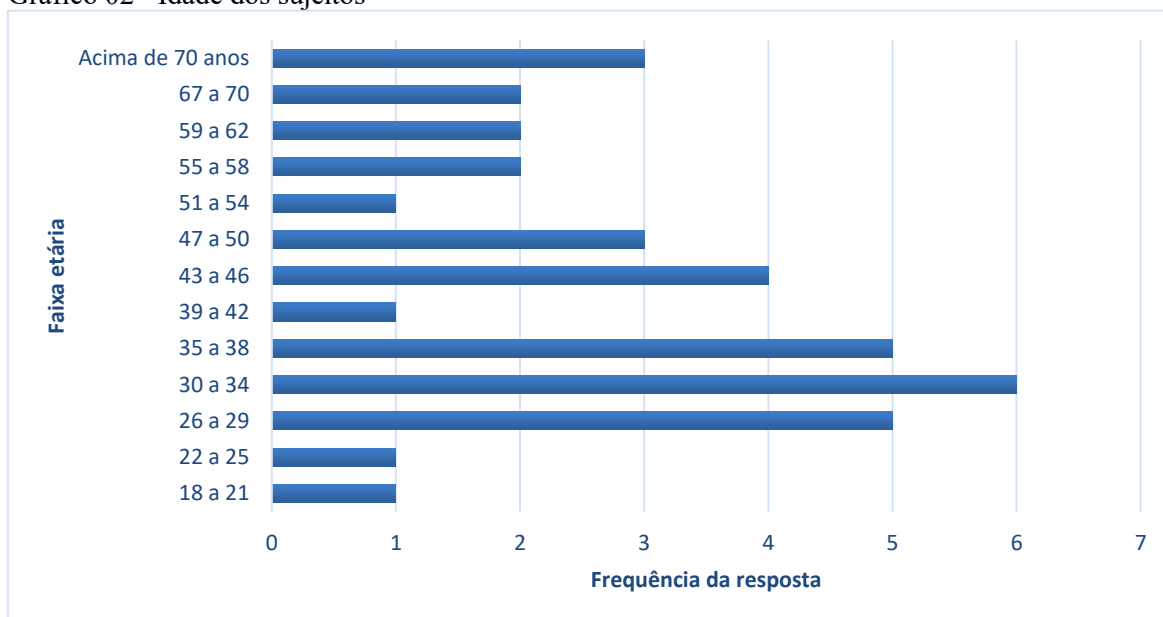
laborais realizadas pelos povos da floresta são desenvolvidas tanto por homens quanto por mulheres e são transmitidas entre gerações. Dessa forma, os cursos devem estar alinhados aos saberes locais, contribuindo para a valorização dos conhecimentos tradicionais que integram aspectos espirituais, ecológicos e sociais.

Quando questionados sobre a idade, verificou-se que a maior concentração de entrevistados está na faixa etária de 47 a 50 anos (16,2%), seguida por 13,5% entre 35 e 38 anos. Esse quantitativo revela a predominância de adultos em fase produtiva, o que caracteriza o perfil da comunidade voltado à produção de atividades econômicas tradicionais, como o extrativismo e práticas artesanais. Em consonância com Costa (2022):

A dinâmica do campo na Amazônia (...) está situada pela relação do homem, mulher, crianças, jovens e adolescentes, sócio-histórico-culturais e de ação que produzem cultura e, ao mesmo tempo, são constituídos por ela. Eles produzem suas identidades que acontecem dentro de um determinado grupo social e cultural em um contínuo processo de formação humana. Desse modo, produzem, cotidianamente, suas existências em meio às culturas, às relações de trabalho e às condições sociais e econômicas em que estão imersos (Costa, 2022, p. 36).

Em contrapartida, observou-se menor representatividade entre jovens de 18 a 21 anos (8,1%), ainda em processo de formação e desenvolvimento.

Gráfico 02 - Idade dos sujeitos



Fonte: Obtido no *google forms* a partir do banco de dados da pesquisa.

Sob a perspectiva social, os dados revelam que o perfil etário indica que a oferta de cursos técnicos deve priorizar metodologias flexíveis, contextualizadas e compatíveis com a idade e a rotina de trabalho, respeitando as responsabilidades familiares tanto dos adultos quanto

dos jovens. Nesse contexto, os cursos de curta duração, na modalidade de Formação Inicial e Continuada, mostram-se mais adequados para esse público.

Segundo Amin *et al.* (2025), a EPT proporciona aos indivíduos, independentemente da faixa etária, condições para promover a consciência cidadã por meio de práticas educativas inspiradoras. Nesse sentido, refletir sobre as bases educacionais e a importância da educação profissional, científica e tecnológica implica repensar as políticas públicas voltadas às comunidades de difícil acesso. A EPT oferta cursos em diferentes modalidades para públicos diversificados. Nesse processo, os Institutos Federais ofertam cursos inspirados na perspectiva do trabalho não alienado, promovendo capacidade de planejamento, gestão e autonomia.

Dos respondentes na comunidade São Francisco do Iratapuru, 54,1% foram do sexo Masculino e 45,9% do sexo feminino (Gráfico 1), mantendo um equilíbrio entre a representatividade de ambos na pesquisa. Como a entrevista ocorreu em um final de semana, as famílias estavam em suas residências permitindo tal êxito.

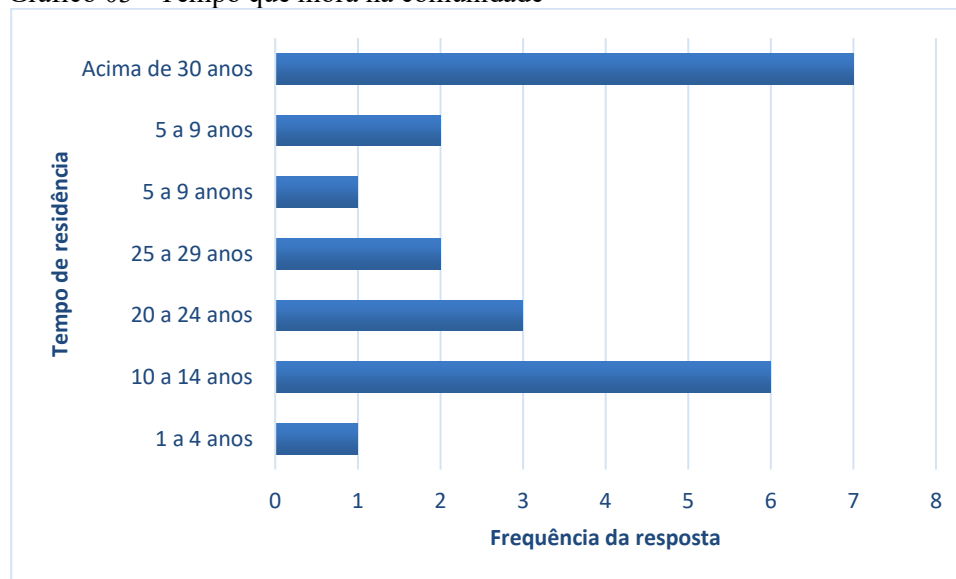
Dos respondentes na comunidade São Francisco do Iratapuru, 54,1% foram do sexo Masculino e 45,9% do sexo feminino (Gráfico 1), mantendo um equilíbrio entre a representatividade de ambos na pesquisa. Como a entrevista ocorreu em um final de semana, as famílias estavam em suas residências permitindo tal êxito.

4.3.2 Tempo que reside na comunidade

Quando questionados sobre o tempo de residência na comunidade, 43,2% dos entrevistados afirmaram viver no local há mais de trinta anos. Nota-se, por meio dos relatos, que grande parte dessas pessoas nasceu na comunidade ou reside há mais de três décadas, ou ainda chegou ao território em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida, firmando permanência duradoura e assumindo a identidade cultural local.

O percentual de 13,5% entre 25 e 29 anos demonstra a presença de moradores com longo tempo de permanência geracional. Já a porcentagem de 21,6% entre 10 e 14 anos revela possíveis chegadas mais recentes de moradores, relacionadas a fatores como mudança geográfica, busca por emprego, casamentos ou fixação de jovens na comunidade.

Gráfico 03 - Tempo que mora na comunidade



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

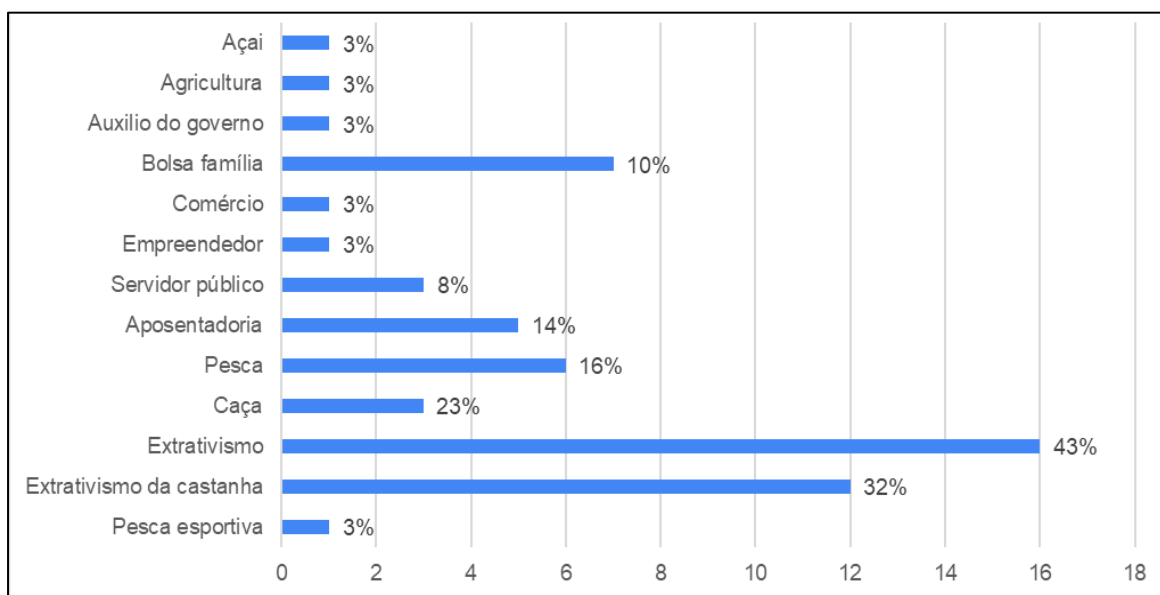
Para Mello (2015), a ocupação da região amazônica ocorreu a partir da década de 1960, por meio de incentivos de políticas públicas do governo federal, com a oferta de empregos promovidos por empresas nacionais e internacionais. As atividades consistiam na exploração de recursos naturais, estabelecendo ciclos instáveis que, muitas vezes, não deixavam um legado de continuidade. Muitas dessas pessoas formaram comunidades, sobrevivendo de atividades sustentáveis.

Essa análise evidencia que, mesmo diante de dificuldades, como a ausência de políticas públicas, o distanciamento entre a cidade e a comunidade e as limitações de acesso, essas pessoas mantêm um forte vínculo com a floresta, demonstrando apego ao modo de vida que construíram ao longo do tempo. Para Souza (2025), o êxito na vida ribeirinha amazônica está relacionado à harmonia entre o homem, o rio e a floresta, pois os saberes tradicionais fortalecem a identidade cultural. O modo de vida artesanal e sustentável é transmitido de geração em geração, garantindo a continuidade cultural na comunidade e a permanência das famílias no território.

4.3.3 As principais fontes de renda da família

A fonte de renda principal da família, predomina em: 43%, o extrativismo, que inclui a castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), a colheita de frutos nativos, extração de óleos utilizados para cosmético, como andiroba e o óleo da castanha. 32% dos entrevistados responderam somente da castanha-do-Brasil, prática artesanal realizada no interior da floresta

Gráfico 04 - Principais fontes de renda da família



Fonte: Elaboração da Pesquisadora/nov.2024.

Outros 32% dos entrevistados indicaram exclusivamente a castanha-do-Brasil como principal fonte de renda, atividade artesanal realizada no interior da floresta. Além disso, 23% relataram a caça como prática cultural de subsistência, 16% mencionaram a pesca, utilizada tanto para o sustento familiar quanto para a comercialização, e 14% apontaram a aposentadoria como principal fonte de renda, especialmente entre a população idosa, que não considera o extrativismo como atividade principal. Já 10% citaram o Bolsa Família e 3% o comércio, relacionado à venda de produtos extraídos da floresta.

A comunidade de São Francisco do Iratapuru impulsiona a geração de produtos de base sustentável, sendo que a maior parte dos insumos utilizados nesses produtos é proveniente da floresta (Moreira e Mazato, 2023).

Na Amazônia, as atividades tradicionais combinam diversos modelos no mesmo local, abrangendo uma variedade de territórios em regiões distintas. Essas atividades incluem práticas como apicultura, pesca, caça e extrativismo vegetal de frutos como palmito, açaí, castanha do Brasil, madeiras e fibras. Os espaços produtivos são em parte ocupados por comunidades ribeirinhas, pequenos produtores rurais, assentados e extrativistas (Moreira; Mazato, 2023, p. 756).

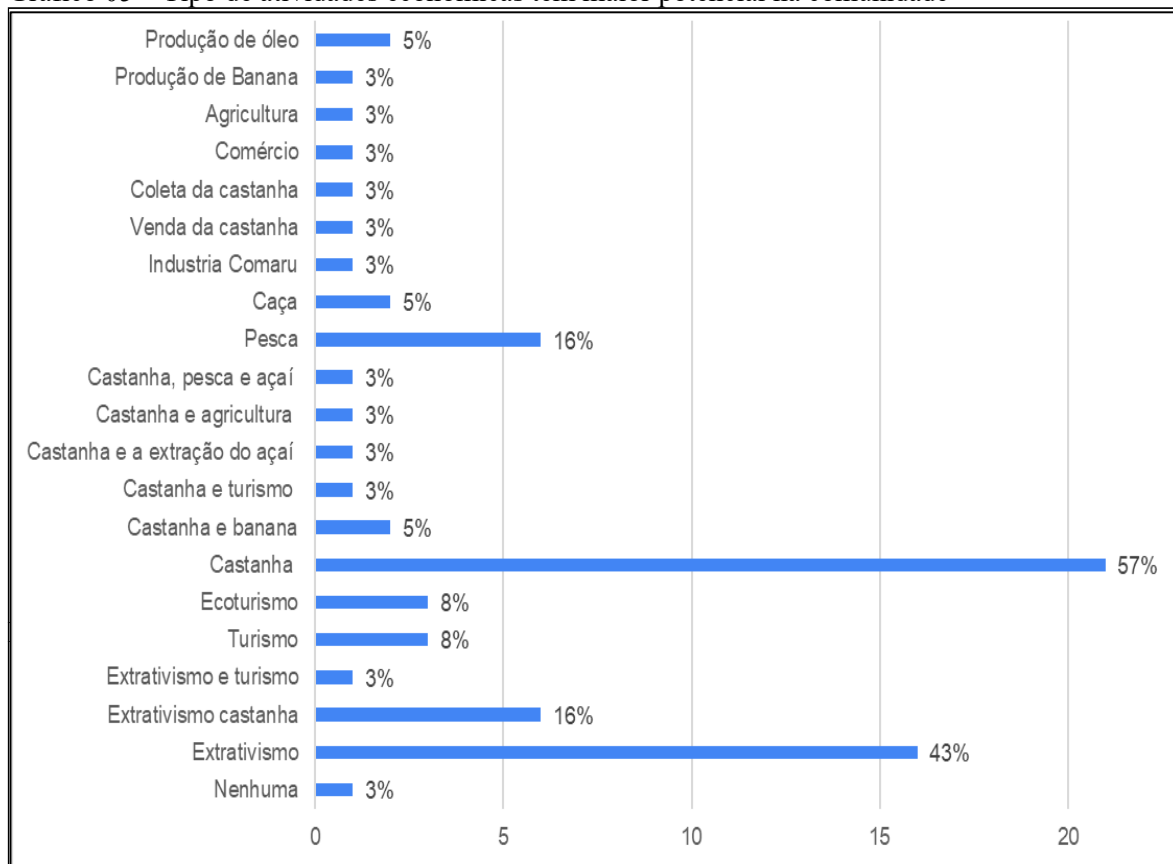
Nesse contexto, os dados revelam que o extrativismo é a principal fonte de renda da comunidade, refletindo a importância da floresta na vida econômica desses moradores. Ao mesmo tempo, práticas tradicionais como a pesca e a caça são utilizadas tanto para o consumo familiar quanto para o comércio. Já fontes externas de renda, como aposentadorias e programas

sociais, contribuem para complementar a renda familiar, sobretudo entre idosos e famílias em situação de vulnerabilidade.

4.3.4 Tipos de atividades econômicas com maior potencial de desenvolvimento na comunidade na percepção dos respondentes

Quando questionados sobre quais atividades econômicas apresentam maior potencial de desenvolvimento na comunidade, 57% indicaram a castanha-do-Brasil, 43% o extrativismo em geral, 16% o extrativismo da castanha associado a outras atividades, 8% o ecoturismo e o turismo, e 3% a indústria do cumaru (*Dipteryx odorata*), conhecido como “baunilha brasileira”, além do comércio local (Gráfico 5).

Gráfico 05 – Tipo de atividades econômicas têm maior potencial na comunidade



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Diante dos dados coletados, observa-se que a comunidade reconhece o potencial econômico extrativista regional, especialmente da castanha-do-Brasil, do cumaru e de outros produtos da floresta, como óleos, resinas, sementes e mel, utilizados tanto na culinária quanto na produção de cosméticos e no comércio farmacêutico.

Os produtos citados apresentam elevado potencial para a geração de renda e empregos na própria comunidade. Para Barbieri *et al.* (2025), esses produtos representam a sociobiodiversidade amazônica, contribuindo para a bioeconomia local. Apesar desses benefícios, os moradores desenvolveram, ao longo do tempo, técnicas rudimentares, o que desperta o interesse por formação profissional para o aprimoramento dos saberes.

Nesse contexto, o ecoturismo e o turismo são vistos como atividades promissoras, associadas ao extrativismo. Contudo, encontram-se ainda em fase inicial, uma vez que a comunidade está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, que possui diversos atrativos turísticos, mas ainda necessita de infraestrutura e adequações para receber visitantes.

Para Souza (2025), o turismo apresenta-se como um caminho viável para o desenvolvimento regional e local a partir de uma perspectiva de sustentabilidade, articulando aspectos ecológicos, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, a comunidade de Iratapuru ainda necessita de formação inicial e continuada para gerenciar empreendimentos turísticos e receber visitantes. Por se tratar de uma área de reserva ambiental, destaca-se a importância de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local, mantendo o equilíbrio e a sustentabilidade do meio ambiente.

Nesse contexto, os entrevistados consideram que atividades como agricultura, indústria de beneficiamento do cumaru e o comércio local têm menor relevância como fonte principal de renda. No entanto, esses produtos são colhidos e repassados às associações a preços abaixo do mercado, sendo posteriormente comercializados por terceiros. Observou-se, ainda, a existência de exploração da mão de obra no contexto amazônico. Souza *et al.* (2022) chamam atenção para a ocorrência de trabalho análogo à escravidão na região, frequentemente associado à expansão da fronteira agropecuária e ao comércio ilegal.

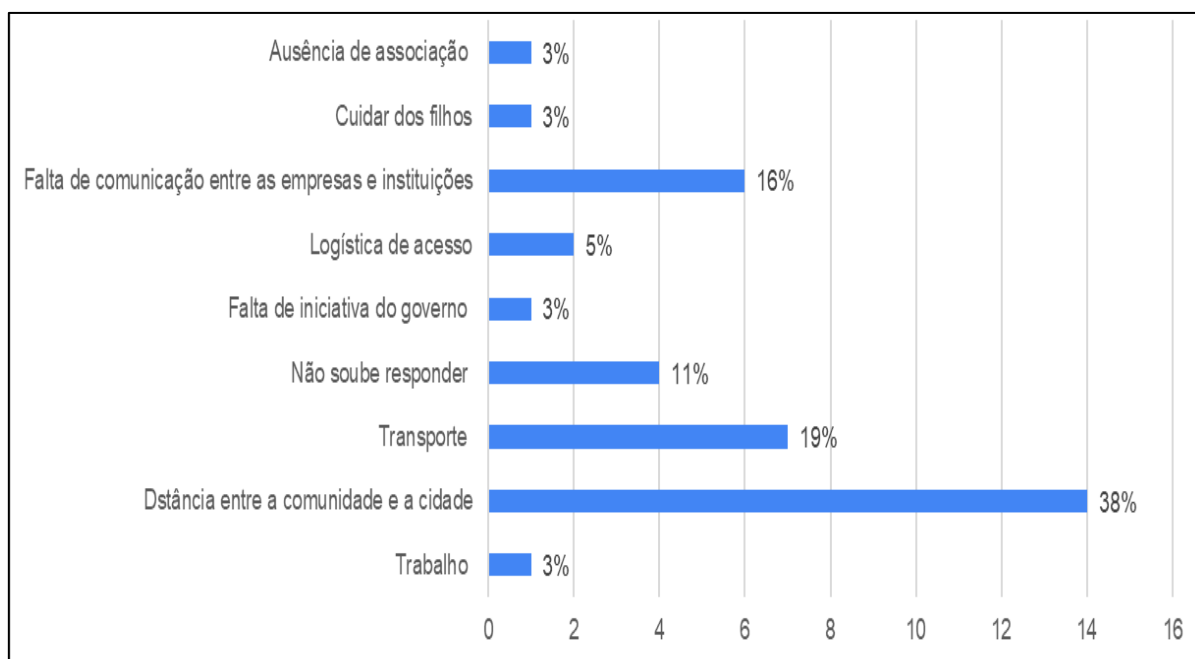
Portanto, a comunidade de São Francisco do Iratapuru desenvolve diferentes atividades de forma informal e, em grande parte, desconhece a real importância econômica desses produtos para o mercado. Diante desse cenário, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que informem a população sobre seus direitos, evitando práticas de exploração e formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão, baseadas em sistemas de troca já abolidos pela legislação vigente.

4.3.5 Principais barreiras ao acesso à formação inicial e continuada na comunidade

Sobre as barreiras que dificultam o acesso da comunidade aos cursos de FIC (Formação

Inicial e Continuada), a comunidade menciona dilemas conhecidos. O Gráfico 6 evidencia a ausência de políticas educacionais nas regiões de difícil acesso.

Gráfico 06 - As barreiras ao acesso à formação inicial e continuada na comunidade



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Dando continuidade, foi perguntado sobre as principais barreiras ao acesso à formação inicial e continuada na comunidade. Obtiveram-se dados relevantes para a pesquisa: 38% citaram a distância entre a comunidade e a sede da cidade. Os moradores utilizam embarcações pelo rio Jari, seguem por uma trilha entre a comunidade da Cachoeira e a hidrelétrica de Santo Antônio, para então continuar a viagem até adentrar o rio Iratapuru e ter acesso à comunidade. Outros 19% enfrentam a falta de transporte por via terrestre, utilizando a estrada pelo distrito de Monte Dourado — município de Almeirim/PA —, chegando à hidrelétrica de Santo Antônio, de onde seguem pelo rio Jari e, posteriormente, pelo rio Iratapuru. Oliveira (2012) corrobora:

Para se chegar ao povoado é preciso ir de carro até a localidade de Porto Sabão, que fica a 50 quilômetros do distrito de Monte Dourado no estado do Pará, e a partir desse trecho o trajeto é feito de catraia (pequena embarcação) percorrendo, assim, 30 minutos até chegar a comunidade de Iratapuru que se encontra localizada na entrada da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (Oliveira, 2012, p. 2).

A continuidade dos estudos em comunidades de difícil acesso carece de parcerias que possibilitem a realização de estudos, pesquisas e a oferta de cursos. Segundo Amin (2025), isso requer o envolvimento de instituições comprometidas com a superação de fatores geográficos, logísticos, tecnológicos e socioculturais. A comunidade de São Francisco do Iratapuru, além do

distanciamento territorial, enfrenta fatores relacionados aos ciclos da natureza (cheias e vazantes dos rios) e ao período de colheita. Diante desse contexto, torna-se desafiadora a implementação de políticas educacionais, sendo necessária a adoção de um currículo contextualizado e de um calendário acadêmico flexível, adaptados às especificidades dos moradores, garantindo a permanência e o êxito dos sujeitos no processo formativo.

Outros 16% relataram a falta de comunicação entre empresas e instituições de ensino. Na comunidade, há cooperativas, associações e empresas que, por meio de terceiros, realizam a compra e venda dos produtos coletados. Um percentual de 3% enfatizou a falta de iniciativa do governo, destacando que, apesar dos esforços, não há interesse do Estado na implementação de políticas educacionais para a oferta de FIC. Para Ferreira e Barros (2025), a ausência de diálogo entre as esferas governamentais, empresas privadas e políticas públicas constitui um fator limitante para o desenvolvimento local. A fragmentação das ações educacionais e a falta de integração entre redes de ensino comprometem o processo educacional em contextos isolados, podendo gerar impactos negativos no desenvolvimento pessoal e comunitário.

Dentre os entrevistados, 11% não souberam responder, pois consideram que o sistema de compra e venda existente é suficiente para a economia local. Já 3% relataram dificuldades relacionadas ao cuidado com os filhos, uma vez que a distância impede o deslocamento até a cidade e o retorno no mesmo dia, exigindo longas horas de viagem e, por vezes, a necessidade de hospedagem. Em relação ao trabalho, 3% dos entrevistados demonstraram que os moradores aprenderam a conviver com o abandono.

A comunidade de São Francisco do Iratapuru sofre frequentemente com problemas que afetam seu cotidiano. Sobre o tema, Salazar *et al.* (2022) destacam:

Nota-se que muitos dos problemas e dificuldades vivenciadas pelas comunidades tradicionais são ocasionados pela falta de políticas públicas, que negligencia tudo aquilo que é seu por direito. Através desta exclusão, as comunidades procuram meios que ajudem a manter a sua sobrevivência diante de tanta invisibilidade, se submetendo muitas vezes há anos de exploração que causa ainda mais a desigualdade social (Salazar *et al.*, 2022, p. 43).

Nesse contexto, a comunidade enfrenta a distância geográfica e a escassez de políticas públicas, fatores que historicamente contribuíram para a exclusão do acesso a uma formação integral. Essa realidade limita as oportunidades de transformação social, levando os moradores a desenvolver estratégias de sobrevivência voltadas à geração de renda e ao sustento próprio.

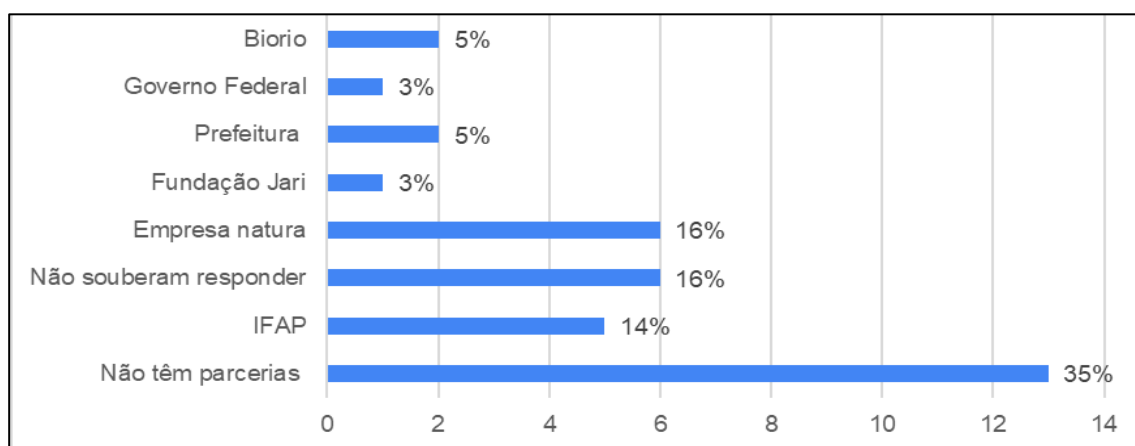
Contudo, tais estratégias não são suficientes para garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável. Diante disso, as instituições de ensino precisam alcançar essas localidades, atendendo aos anseios da população e contribuindo para a realização do sonho de

acesso à formação profissional qualificada.

4.3.6 Instituições ou parcerias educacionais que fortalecem a formação inicial e continuada voltada para o empreendedorismo sustentável

Neste contexto, perguntado sobre as instituições e ou parcerias educacionais que incentivam a formação inicial e continuada voltada para o empreendedorismo sustentável, os participantes apresentam respostas diversificadas (Gráfico 7). Um quantitativo expressivo de 35 % responderam que não têm parcerias, enquanto 16% não souberam responder, evidenciando a necessidade de projetos voltados para essa temática Formação Inicial Continuada, um olhar específico para as necessidades da comunidade. Todavia 16% relataram que a empresa Natura, realiza capacitação de coleta e conservação dos frutos restritos somente às pessoas ligadas a associação, enquanto os restantes da comunidade ficam sem participar por não compor o quadro funcional.

Gráfico 07 - Há incentivos a FIC voltada para o empreendedorismo sustentável



Fonte: Elaboração da Pesquisadora/nov.2024.

Um ponto relevante, significa que essas empresas e associações carecem de rever as práticas de oferta de capacitação, desenvolver estratégia de inclusão social que abrange toda a comunidade local. Para Silveira (2017):

As empresas representam o motor do desenvolvimento econômico, são agentes transformadores que exercem influência sobre a sociedade, e poderiam ser exemplo de desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário que tenham em sua missão, visão e valores, em seu DNA, uma forma de gestão que incorpore as questões ambientais (Silveira, 2017, p. 11).

Nesse sentido, observa-se que a missão social deixa de ser prioridade para a empresa

citada, que passa a priorizar interesses estratégicos particulares em detrimento do compromisso social com a comunidade. Um total de 5% apontou a BIORIO, associação voltada para a comunidade tradicional da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Segundo o Fundo Iratapuru (2025):

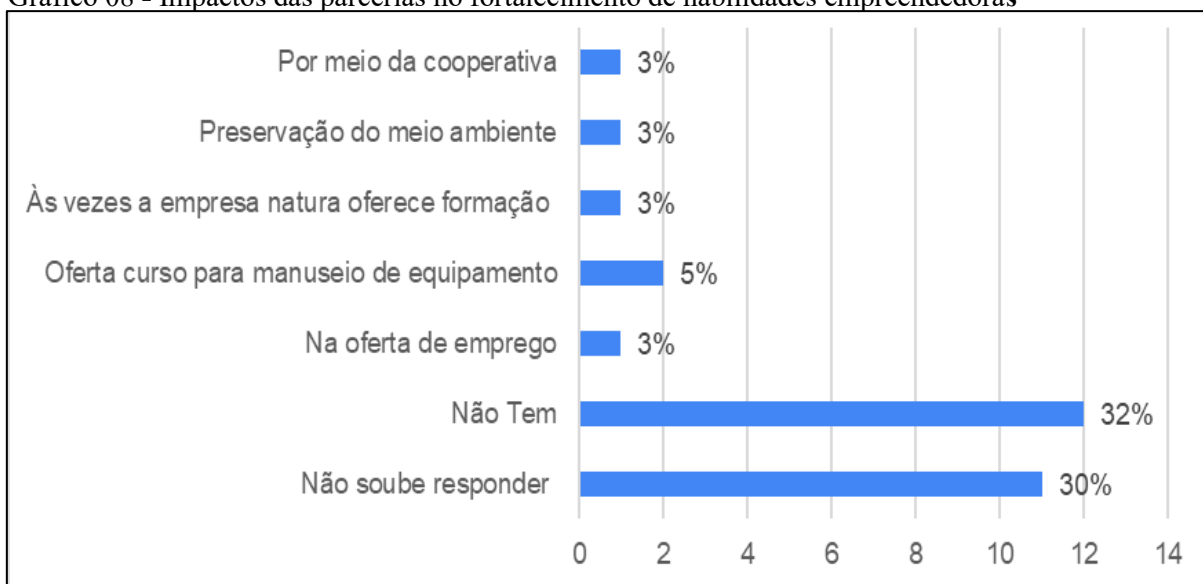
(...) projeto BIO RIO contemplou bolsas de estudos para 5 jovens foram no curso técnico em agropecuária na escola Família Agrícola do Pacuí em 2010, e posteriormente outra leva de estudante nos anos seguintes, e hoje temos jovens trabalhando em prol da comunidade. A continuidade dos projetos em 2019 veio com algumas mudanças onde foi criado um comitê para a gestão do recurso. Em 2019 tivemos 16 alunos matriculados onde 11 deles ainda permaneceram até o final do projeto sendo 06 de nível superior, 03 do nível médio, e 02 do nível técnico, em cursos variados na área ambiental, pedagogia e administrativo (s/n).

Apesar dos retornos positivos, observa-se que as ações contemplam apenas uma parcela da população, sobretudo jovens em idade escolar, que possuem maior mobilidade. Já os adultos, especialmente pais e mães, enfrentam dificuldades para participar, devido à distância, às atividades produtivas e ao calendário de coleta agrícola. Por fim, 3% dos entrevistados mencionaram o governo e a Fundação Jari.

Por fim, 3% apontam que os entrevistados apontam o governo e a fundação Jari. Desse modo, a prefeitura oferta a educação infantil e fundamental I, não ofertando cursos profissionalizantes, já a fundação Jari, faz parte do Comitê Gestor do Fundo Iratapuru, composto: COMARU, BIO RIO, NATURA e SEMA desde 2018, sua atuação consiste em ações de conservação ambiental e mediação de parceria com outras organizações sociais. De modo geral, os dados apresentados revelam que, embora haja iniciativas das instituições e parcerias de empresas, umas parcelas expressivas da comunidade não são contempladas, evidenciando parcerias amplas e sistêmicas que levam ações para intensificar a oferta de FICs.

Quando mencionado de que forma as parcerias têm contribuído para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras na comunidade. Os participantes destacaram aspectos relevantes sobre a oferta de curso para qualificação (Gráfico 8). Do total de entrevistados, 32% responderam que as parcerias não têm contribuído de forma efetiva, enquanto, 30% declararam não souber opinar. Esses dados revelam, que, embora sejam ofertados cursos, de capacitação ou treinamento, estes, ainda são restritos apenas para as atividades desenvolvidas nas associações ou fundações.

Gráfico 08 - Impactos das parcerias no fortalecimento de habilidades empreendedoras



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Tal limitação ocorre principalmente para aqueles que atuam em empreendimentos autônomos, conciliando o trabalho extrativista, a subsistência e a organização da vida comunitária. Nesse sentido, Sousa (2025) destaca que os treinamentos e capacitações ainda são insuficientes e deficitários, não alcançando as necessidades das regiões amazônicas. Para o autor, as cooperativas precisam, além de capacitar seus membros, gerenciar programas articulados às políticas educacionais.

Nesse contexto, apenas 5% dos entrevistados relataram receber formação para o manuseio de maquinários utilizados no beneficiamento dos produtos, embora essa orientação não se caracterize propriamente como formação ou capacitação. Outros 3% afirmam atuar em cooperativas, enquanto 3% mencionaram participação ocasional em cooperativas ou, em alguns casos, em empresas relacionadas ao terceiro setor. Esse resultado evidencia que mais de 62% dos entrevistados não percebem a atuação efetiva de empresas, associações ou outras entidades na oferta de formação inicial e continuada na comunidade. Trata-se de instituições que se beneficiam dos recursos naturais e da mão de obra local, sem proporcionar retornos formativos significativos aos moradores.

Dessa forma, uma parcela reduzida recebe apenas instruções relacionadas à rotina de trabalho nas associações, o que não configura um processo formativo estruturado. Outros 11% dos participantes atuam diretamente como colaboradores ou membros de associações, o que indica um acesso ainda limitado às ações formativas.

Diante do exposto, abre-se um espaço significativo para a implantação de cursos

voltados à formação inicial e continuada, alinhados às demandas reais da comunidade. Alves (2023) reforça:

(...) A Formação profissional desempenha um papel fundamental na preparação dos alunos para empreenderem seus próprios projetos. Além disso, ela equipa os estudantes com habilidades transferíveis que são valiosas em qualquer carreira, trazendo uma série de benefícios tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo (Alves, 2023, p. 10).

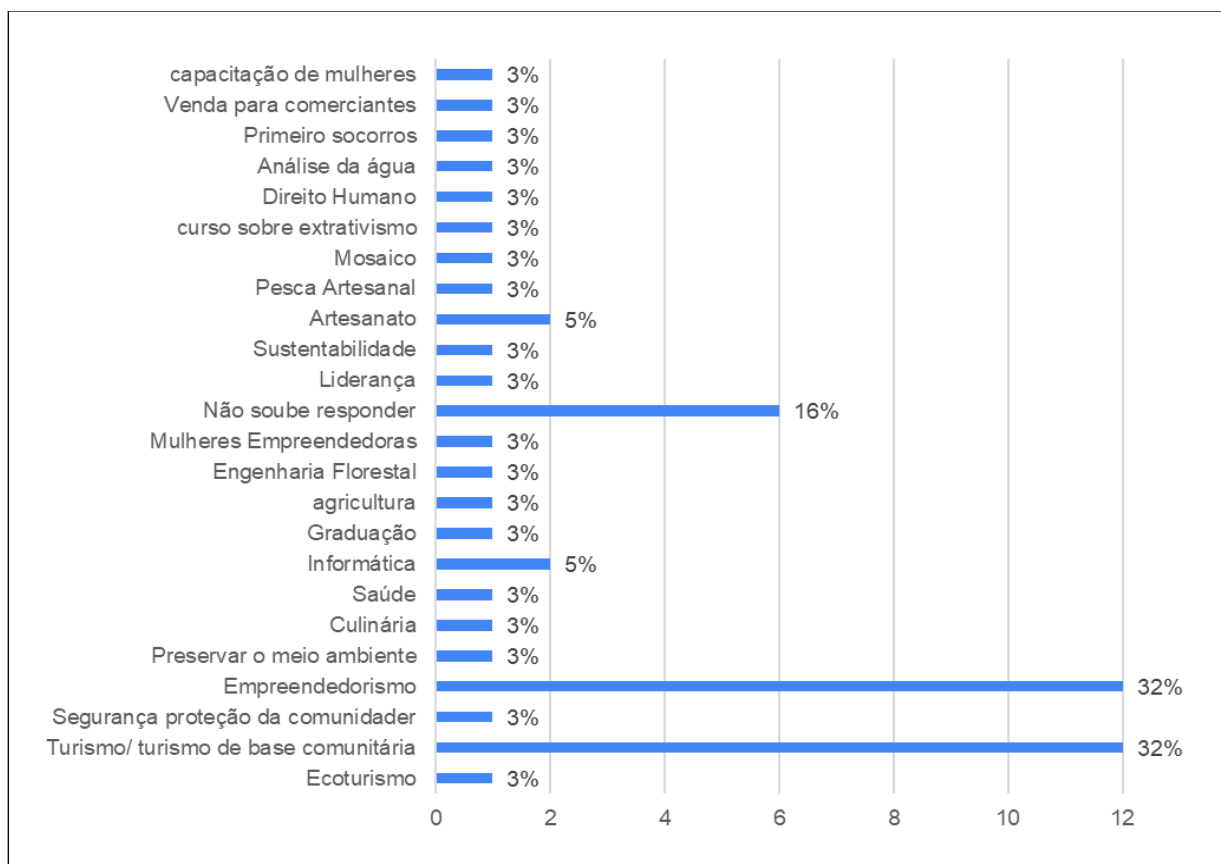
Portanto, torna-se evidente que cooperativas, associações e demais instituições precisam articular a ampliação de políticas de formação continuada, integradas às demandas locais. A gestão de políticas públicas constitui um caminho estratégico para a redução da desigualdade social na região, promovendo a autonomia das comunidades e valorizando os saberes tradicionais.

4.3.7 Cursos FIC prioritários que atenderem às necessidades da comunidade-

Quando questionado sobre quais cursos FIC seriam prioritários para atender às necessidades da comunidade. Os participantes apresentam respostas diversificadas (Gráfico 9). O total de 37% responderam cursos de empreendedorismo como prioridade, revelando o interesse de aprimorar a gestão dos próprios negócios para fortalecer o comércio local. Ferreira *et al.* (2022), ressaltam que o empreendedorismo na Amazônia está ligado à sustentabilidade, sendo importante uma harmonização entre a sociedade, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente.

Um total de 32% indicou cursos de empreendedorismo e turismo de base comunitária como prioritários, revelando o interesse em aprimorar a gestão dos próprios negócios e fortalecer o comércio local. Segundo Ferreira *et al.* (2022), o empreendedorismo na Amazônia está intrinsecamente ligado à sustentabilidade, sendo necessária a harmonização entre o ser humano, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Além disso, estudos sobre inovação e tecnologia podem orientar diferentes focos para a oferta de cursos FIC, contribuindo para o aprimoramento das práticas locais e a possibilidade de novos investimentos.

Gráfico 09 – Cursos prioritários que atenderem às necessidades da comunidade



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Em seguida, outros 32% apontaram o turismo de base comunitária, evidenciando o potencial turístico da região, devido à sua localização e à rica biodiversidade de fauna e flora, que apresenta cenários exuberantes capazes de gerar renda sustentável e valorizar a cultura local.

Nesse contexto, os cursos de FIC podem impulsionar o turismo local, promovendo melhor acolhimento aos visitantes, valorização das iguarias regionais e divulgação do artesanato produzido na própria comunidade. Por meio do conhecimento técnico e tecnológico, torna-se possível compreender melhor as expectativas desses moradores.

Por outro lado, 19% dos participantes não souberam responder, o que indica falta de acesso à informação e orientação sobre os impactos da formação por meio de cursos no desenvolvimento socioeconômico local. Nota-se que as oportunidades são escassas e que não há articulação efetiva entre instituições de ensino e políticas públicas.

Sobre o acesso à educação, Freire (1981) defende uma educação crítica, dialógica e interdisciplinar, fundamentada nas ciências e aberta às necessidades populares. Para o autor, a

educação não pode ser privilégio de uma minoria; trata-se de um processo libertador, capaz de desenvolver o senso crítico, a autonomia e promover transformações sociais, especialmente em contextos marcados por exclusão e vulnerabilidade.

As demais respostas, embora com percentuais menores (3% cada), revelam demandas relevantes dos moradores, como capacitação para mulheres, culinária, informática, liderança, comercialização de produtos, primeiros socorros, direitos humanos, pesca artesanal, mosaico, sustentabilidade, saúde, meio ambiente, segurança, proteção comunitária e ecoturismo.

Os dados levantados mostram a pluralidade de interesses da comunidade em realizar cursos, bem como a preocupação com o bem-estar e a segurança coletiva. Os moradores relataram dificuldades em lidar com pessoas que adentram o território sem permissão, além de manifestarem preocupação com a preservação ambiental, a poluição, a pesca e a caça ilegal. Ressaltam a necessidade de capacitação e de parcerias governamentais que possibilitem formação técnica adequada sobre como agir e a quem recorrer diante de situações recorrentes na comunidade. Segundo Damasceno e Santos (2017), preservar as tradições é manter a essência dessas localidades.

Nessa perspectiva, os cursos devem atuar como instrumentos de complementação e sistematização das vivências da comunidade, contribuindo para a preservação ambiental sem descaracterizar os saberes tradicionais.

Nesse contexto, os moradores ressaltam a relevância de capacitação nas áreas de direitos humanos, primeiros socorros e liderança. No caso dos direitos humanos, a discussão está diretamente relacionada às políticas públicas. Para Soares *et al.* (2025), a ausência do Estado e a presença de poderes paralelos comprometem direitos fundamentais, como educação, saúde e proteção territorial. Embora os moradores tenham conhecimento sobre seus direitos, ainda carecem de aprofundamento e orientação.

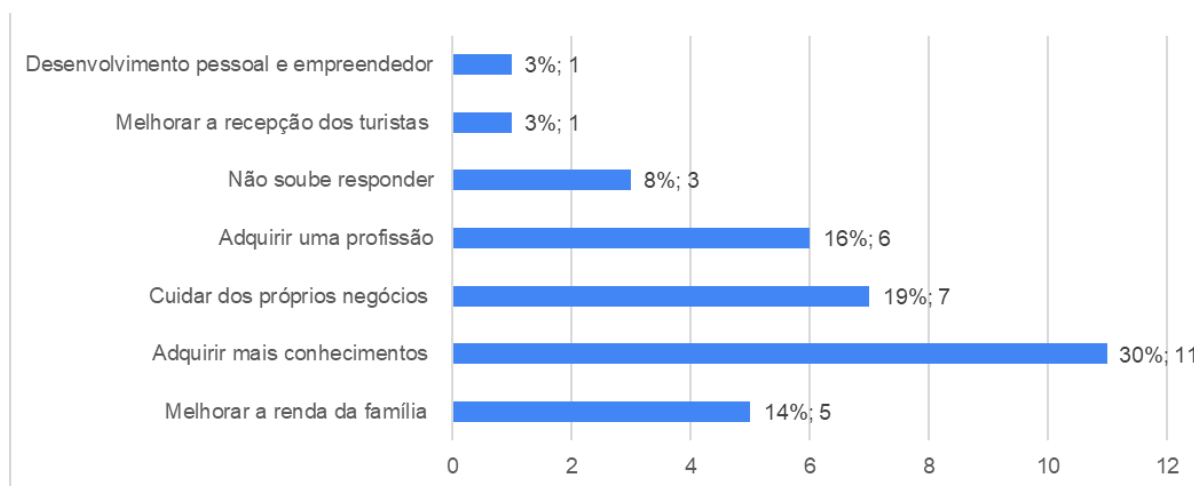
Dessa forma, foi possível mapear os anseios locais para a elaboração de cursos FIC, e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) contemplará, em sua estrutura, as demandas identificadas no levantamento de dados. As contribuições evidenciam a importância de articular ensino, pesquisa e extensão, levando conhecimento às comunidades tradicionais, como a de São Francisco do Itatapuru, que, assim como outras regiões remotas da Amazônia, historicamente permanecem desassistidas por políticas públicas.

4.3.8 Contribuições dos cursos FIC para a vida pessoal, empreendedora

Nesta categoria, foi possível registrar o desejo dessas pessoas em adquirir conhecimento

que possam contribuir de alguma forma com a rotina de trabalho desenvolvida na própria comunidade (Gráfico 10). O maior potencial de 30% expressam o desejo de ampliar os conhecimentos, indicando que por meio dos cursos seria possível obter uma formação técnica e inovadora que contribuisse com a rotina de trabalho. Em seguida, 19% apontaram interesses em cuidar dos próprios negócios, que nos revela as práticas empreendedoras desenvolvidas na comunidade.

Gráfico 10 – Possíveis contribuições FIC



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Conforme o art. 3º do Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o Capítulo III da LDB:

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (Brasil, 2004).

A concepção de itinerários formativos rompe paradigmas da educação padronizada, permitindo que os valores socioculturais sejam considerados parte integrante das propostas pedagógicas para a FIC, possibilitando que as experiências prévias e as necessidades locais façam parte de um currículo significativo para a comunidade, garantindo a continuidade, a permanência e o êxito do estudante.

Além disso, 16% dos respondentes indicaram a expectativa de adquirir uma profissão, enquanto 14% associam a FIC à melhoria da renda familiar, reforçando o papel do IFAP como estratégia para a melhoria da qualidade de vida. Um percentual menor, embora expressivo, relaciona a formação à melhoria no desenvolvimento pessoal e profissional e à qualificação para a recepção turística, dialogando com o potencial local de empreendedorismo e gestão.

A Lei nº 11.741/2008, que alterou dispositivos da Lei nº 9.394/1996 (LDB), rege:

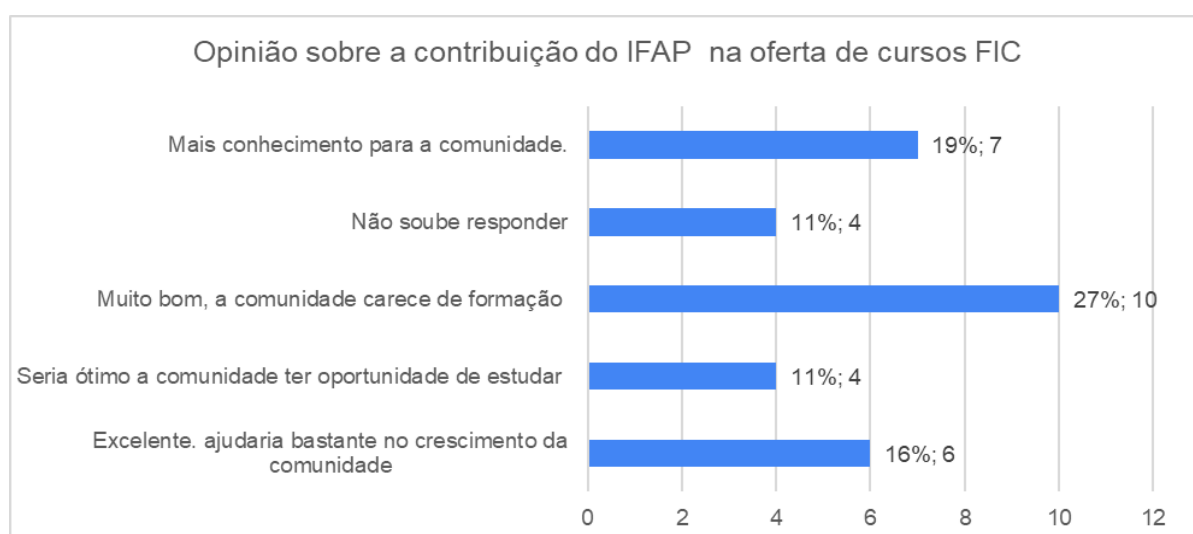
O curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional deverá atender demandas específicas da comunidade ou dos arranjos produtivos, sociais e culturais, em consonância com a realidade local e regional.

De modo geral, os dados revelam que a comunidade compreende a FIC como uma alternativa para alcançar objetivos pessoais e coletivos, com ênfase na autonomia e no fortalecimento da gestão do próprio empreendimento. Mesmo diante da mediação exercida por cooperativas, associações e/ou atravessadores, os participantes reconhecem a importância dos saberes técnicos e tecnológicos para fortalecer a independência econômica e organizacional da comunidade.

4.3.9 Opinião sobre a contribuição do Instituto Federal à comunidade com a oferta de FIC:

As expectativas da comunidade em relação às contribuições do IFAP na oferta de cursos foram positivas. Mesmo diante de todas as barreiras, a comunidade acredita na atuação do Instituto no processo formativo contínuo.

Gráfico 11 - Contribuições do IFAP a oferta de FIC



Fonte: Organizado pelas autoras a partir do banco de dados da pesquisa.

Desse modo, os entrevistados apresentaram as seguintes avaliações: 27% classificaram como “muito bom”; 19% consideraram que a comunidade carece de formação; 16% avaliaram como “excelente”, destacando que contribuiria significativamente para o crescimento econômico da comunidade; e 11% classificaram como “ótimo”, enfatizando a importância do acesso aos estudos por meio da instituição.

Outros 11% afirmaram não saber responder. Considerando as respostas entre

“excelente”, “ótimo”, “muito bom” e “necessário”, observa-se que 73% dos entrevistados reconhecem a relevância do IFAP na oferta de cursos FIC, evidenciando uma percepção positiva quanto à contribuição desses cursos para o desenvolvimento local e pessoal.

Dessa maneira, Paschoalin (2023) afirma:

Como tal, a educação é capaz de gerar sentimentos de um futuro de sucesso profissional e pessoal e, com isso, elevar a autoestima e propiciar melhor condição de vida, capaz de mudar o futuro da sociedade (Paschoalin, 2023, p. 25).

Nesse sentido, o IFAP contempla cursos de FIC por meio de ações de extensão, promovendo políticas públicas acessíveis, eficientes e equitativas para o desenvolvimento regional e local do Amapá. Os dados revelam uma percepção amplamente positiva dos moradores entrevistados, indicando que o IFAP pode fazer a diferença na formação cidadã, ampliando oportunidades de formação e transformação social.

Em contrapartida, 11% não souberam responder, o que pode estar relacionado à ausência de políticas públicas educacionais e ao desconhecimento sobre os impactos futuros da formação. Historicamente, a oferta de educação em áreas remotas, como a comunidade do Iratapuru, enfrenta desafios na consolidação de políticas públicas educacionais.

Contribuindo com essa afirmação, Macedo (2014) destaca:

A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões. A análise separada das relações sociais e dos territórios é uma forma de construir dicotomias. Essa relação deve ser analisada em sua complexidade, pois os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento (Macedo, 2014, p. 31).

Portanto, a educação precisa estar em constante diálogo com a cultura, a economia e as relações sociais dos territórios de difícil acesso. Ao reconhecer a possibilidade de oferta de cursos de curta duração por meio da FIC, torna-se possível superar análises fragmentadas de políticas públicas que não condizem com a realidade de comunidades ribeirinhas que convivem com o isolamento geográfico. Dessa forma, por meio de ações planejadas, o IFAP tem a missão estratégica de promover o desenvolvimento territorial, contribuindo para uma formação contextualizada e socialmente significativa.

4.3.10 As expectativas formativas, profissional e tecnológicas da comunidade São Francisco do Iratapuru

A comunidade de São Francisco do Iratapuru, localizada no município de Laranjal do Jari, no estado do Amapá, caracteriza-se pelo espírito empreendedor e pela relação harmoniosa com o meio ambiente. O empreendedorismo é desenvolvido no interior da floresta amazônica

de forma sustentável, mantendo práticas tradicionais de cultivo e colheita com métodos rudimentares.

Apesar desse perfil, ao longo dos anos, a comunidade consolidou-se como um exemplo de resistência cultural, lutando por direitos sociais básicos, historicamente negados, incluindo a educação (Freitas *et al.*, 2026; Portugal *et al.*, 2026). Oliveira (2023) destaca que a sustentabilidade na Amazônia é essencial para a conservação ambiental e o respeito aos direitos das comunidades tradicionais.

O desenvolvimento socioeconômico da região está diretamente ligado à floresta, que apresenta grande biodiversidade, especialmente nos setores cosmético, farmacêutico e agropecuário, com destaque para as atividades extrativistas. Para Ramos *et al.* (2025), a biodiversidade e os saberes locais são práticas integradas que devem ser fortalecidas nas unidades de conservação ambiental. A FIC valoriza o protagonismo da comunidade tradicional por meio de estratégias sustentáveis para o desenvolvimento local.

Segundo Ferreira *et al.* (2022), o incentivo ao empreendedorismo sustentável é fundamental para a preservação cultural e o desenvolvimento territorial. Além disso, estudos sobre expectativas formativas, profissionais e tecnológicas podem aprimorar conhecimentos, habilidades e experiências já existentes na comunidade, contribuindo para o gerenciamento de novos investimentos em regiões remotas da Amazônia.

Outrossim, a gestão de negócios e o turismo na região estão vinculados às atividades empreendedoras que geram renda. A floresta apresenta diversos atrativos naturais, como trilhas ecológicas, cachoeiras, igarapés, fauna silvestre, pesca artesanal, além de produtos artesanais e gastronômicos produzidos na própria comunidade. De acordo com Pereira *et al.* (2024), no contexto amazônico, o turismo desempenha papel fundamental tanto social quanto econômico, fortalecendo a relação entre o ser humano e a natureza.

Nesse sentido, a preservação ambiental sustenta os valores culturais e as tradições locais, ao mesmo tempo em que possibilita a geração de renda de forma sustentável, sem comprometer o meio ambiente e o modo de vida das comunidades.

O desenvolvimento da comercialização da castanha-do-Brasil, do óleo de andiroba e de outros derivados da floresta, realizados na própria comunidade, tem despertado o interesse dos moradores em aprimorar conhecimentos sobre a expansão do comércio. Nesse contexto, Santos *et al.* (2025) destacam que a região amazônica possui elevado potencial para estudos relacionados à bioeconomia.

Desse modo, o ambiente fornece recursos naturais que subsidiam avanços em ciência, tecnologia e inovação, especialmente no turismo, conforme observado em estudos de

Nascimento, Caramello e Silva (2026), ao mapearem o potencial de oferta de bens e serviços vinculados ao turismo na comunidade de Iratapuru.

As expectativas formativas apontadas pelos moradores estão relacionadas às inovações tecnológicas da sociedade contemporânea. Além dos conhecimentos tradicionais, destacam-se práticas ligadas à colheita, troca e comercialização de produtos. Mesmo durante o período do inverno amazônico, a comunidade mantém suas atividades, e o extrativismo tem atraído interesse de outras regiões, movimentando o comércio nos rios Jari e Iratapuru.

Diante da ausência de FIC, Cunha *et al.* (2025) afirmam que a falta de práticas educativas contribui para o aumento das desigualdades educacionais em comunidades isoladas. As políticas públicas de formação inicial e continuada podem favorecer a inclusão de jovens e adultos, reduzindo barreiras de acesso ao conhecimento formal (Freitas *et al.*, 2026).

Na mesma linha, Soares *et al.* (2025) apontam que a ausência do Estado em regiões remotas compromete a efetivação de direitos fundamentais, especialmente o acesso à educação. Embora os moradores tenham consciência de seus direitos, enfrentam divergências entre o que é garantido legalmente e a realidade vivida.

Freire (1987) concebe a educação como um processo libertador e emancipatório. Nesse sentido, privar comunidades de difícil acesso dos saberes sistematizados contribui para a manutenção da desigualdade social.

Desse modo, a oferta dos cursos voltados para uma formação integrada à realidade local apresenta-se como um caminho, capaz de transformar suas vidas, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. significa mascar uma inclusão apenas aparente reforçando a desigualdade social. Assim, a oferta de cursos voltados à realidade local apresenta-se como um caminho para a transformação social e profissional desses sujeitos, evitando uma inclusão meramente aparente.

No contexto das regiões remotas, a ausência de acesso ao conhecimento compromete a autonomia dos moradores, tornando-os mais dependentes de estruturas externas. Santos (2018) destaca que o acesso à educação de qualidade é um direito universal previsto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas, na prática, comunidades florestais ainda enfrentam precariedade no acesso a políticas educacionais.

De acordo com Ferreira *et al.* (2022), a formação educacional é essencial para a preservação cultural e o desenvolvimento territorial. Torna-se necessário promover equidade entre regiões, especialmente na Amazônia, valorizando conhecimentos locais e estimulando o desenvolvimento autônomo e sustentável.

As parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e as instituições de ensino podem

contribuir significativamente para a formação técnica e tecnológica. Para Santos (2024), a educação é uma ponte entre o conhecimento cultural e o conhecimento formal, sendo essencial para o exercício da cidadania e o protagonismo social.

Nessa perspectiva, a proposta pedagógica de cursos para a comunidade deve atuar como complemento e sistematização das vivências locais, preservando os valores socioculturais. As políticas educacionais no contexto amazônico devem considerar fatores como calendário de colheita, condições climáticas e geografia.

Portanto, o acesso aos cursos FIC torna-se fundamental não apenas para o fortalecimento da economia local, mas também para a valorização social, cultural e educacional dessas comunidades. Nesse sentido, o IFAP, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, reafirma seu compromisso com a formação técnica, tecnológica e inovadora, configurando-se como uma alternativa relevante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos moradores da comunidade de Iratapuru.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a história e as memórias sobre a implantação do sistema educacional nas comunidades da floresta, observa-se que esse processo ocorre de forma lenta, inclusive na comunidade de São Francisco do Iratapuru. Constata-se que, apesar da existência de legislações e políticas públicas voltadas às comunidades de difícil acesso, essa localidade ainda não dispõe de infraestrutura adequada nem de recursos para a oferta de cursos de aprimoramento profissional.

No decorrer da pesquisa, observou-se que a educação ofertada na própria comunidade se restringe, em geral, à educação infantil e ao ensino fundamental I. O acesso ao ensino médio, ao ensino superior e à educação profissional e tecnológica para jovens e adultos em idade escolar ou produtiva não é oferecido na localidade.

Nesse contexto, os moradores precisam se deslocar para outras comunidades ou municípios do estado em busca dessas modalidades de ensino, o que representa um obstáculo significativo à continuidade dos estudos.

Ainda nesse cenário, foi possível identificar as principais atividades geradoras de renda agroextrativistas, bem como a atuação de associações da população tradicional da biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru — BIORIO, CUMARU — e da empresa Natura, que, de forma pontual, ofertam bolsas de estudo a um número limitado de jovens e promovem capacitações ocasionais aos membros das cooperativas, com foco no aprimoramento do manejo de equipamentos e outras atividades.

No entanto, tais iniciativas não se configuram como cursos formativos estruturados e tampouco atendem à totalidade da população residente na comunidade, revelando que as ações, assim como as missões de sustentabilidade descritas em documentos institucionais das organizações atuantes, não contemplam plenamente as expectativas formativas, profissionais e tecnológicas da localidade.

Ao longo da pesquisa, foi possível mapear os cursos pelos quais a comunidade manifesta interesse, em consonância com as atividades empreendedoras desenvolvidas no interior da floresta, respeitando os valores, os saberes socioculturais e o modo de vida local. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma proposta pedagógica voltada à oferta de cursos de formação inicial e continuada, direcionados ao aprimoramento de habilidades técnicas e tecnológicas essenciais às comunidades localizadas na floresta.

A oferta de cursos por meio da formação inicial e continuada, realizada na própria

comunidade, poderá não apenas impulsionar a qualificação profissional, mas também promover a aquisição de conhecimentos empreendedores no contexto local. Dessa forma, a FIC desenvolve habilidades técnicas que contribuem para o êxito do estudante.

Portanto, torna-se essencial que o Instituto Federal — Campus Laranjal do Jari — dedique atenção às pessoas que residem em comunidades da floresta de difícil acesso, em especial à comunidade de São Francisco do Iratapuru, reconhecendo sua importância no contexto histórico de formação do Vale do Jari, suas tradições e seu modo de vida. Nesse sentido, a oferta de cursos de FIC torna-se fundamental não apenas para o fortalecimento da economia local, mas também para a valorização social, cultural e educacional dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alinne Anielle da Silva. Empreendedorismo e políticas públicas de fomento à educação empreendedora no Brasil. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 10, e3253, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3253>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- AMORIM, Gilberto José. ROCHA, João Antônio. A formação integrada nos Institutos Federais: qual o princípio pedagógico? In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, 2024.
- AMIN, Jefferson Bissat. *et al.* **A educação profissional e tecnológica como política pública na Amazônia Ocidental: reflexões sobre o caso do Instituto Federal do Acre.** Pesquisa e Debate em Educação, [S. l.], v. 15, p. 1–19, e45903, 2025. DOI: 10.34019/2237-9444.2025.15.45903.
Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/45903>. Acesso em: 06 jan. 2026.
- BARBIERI, Rafael Feltran *et al.* **Bioeconomia pode impulsionar crescimento e empregos na Amazônia.** WRI Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/bioeconomia-pode-impulsionar-crescimento-e-empregos-na-amazonia>. Acesso em: 06 jan. 2026.
- BENIGNO, Beatriz Lima. VASCONCELOS, Simone Maria Oriente. FRANCO, Zilda Gláucia Elias. Educação Infantil do Campo: docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 43, n. 119, p.109-118, jan./abr., 2023.
- BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, jul/set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao. Acesso em: 02 fev. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 28 de abril de 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008b.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.256, de 12 de julho de 2001. Institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2008, p. 5, 17 jul. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação – Construindo um Futuro Equitativo**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/bioeconomia-pode-impulsionar-crescimento-e-empregos-na-amazonia>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: Política de Formação Emancipatória de Educadores (as)- Camponeses (as) por meio da Pedagogia da Alternância. In: **Rev. NERA**, v. 27, n. 2, 2024.

CARAMELLO, Nubia *et al.* Memória da implantação e desenvolvimento do ensino fundamental na Comunidade Extrativista São Francisco Iratapuru – Amapá/Brasil. **Anais do Congresso Internacional do Movimento Docente**, 2026.

CARMO, Ana Carolina Rigoni; AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira; REMÉDIOS, Sâmia Elene Lobato. O PROEJA como Modalidade Articulada à EPT: Uma Análise Sobre Evasão Escolar. In: **Cadernos de Educação Básica**. 2020.

CASTRO, Adilamar Coutinho; SOUZA JÚNIOR Raimundo Inaldo de Jesus; LOBATO, Elizabete Belo. A educação básica nas comunidades ribeirinhas do Estado do Amapá. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S.l.], v. 3, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/7081/6139>. Acesso em: 29 mar. de 2025.

CASTRO, Cloves Alexandre; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico. In: **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 6, 2023.

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa; AMORIM, Rejane Maria de Almeida. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37–55, jan./abr. 2015. DOI: 10.1590/CC0101-32622015146800. Acesso em: 11 jun. 2026.

COSTA, Eliane Miranda Costa. Escolas Ribeirinhas e seus Desafios: faces da educação do campo na Amazônia Marajoara. In: **Revista Teias**, v. 22 n. 66 jul./set. 2021.

COSTA, Francisauro Fernandes da; BORGES, Heloisa da Silva; VICTÓRIA, Cláudio Gomes da. Experimentações docentes no curso de pedagogia da FAGED/UFAM: diálogo interdisciplinar sobre as múltiplas realidades Amazônicas. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14085, 2023. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/14085>. Acesso em: 06 jan. 2026.

COSTA, José Lima. **Elementos Infra-Estruturais do Município de Laranjal do Jari**, 1998. Disponível: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/19426>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CRUZ, Tássia. PORTELA, Juliana. **A Educação Profissional na Amazônia Legal**. Aprimorando a Zona Franca de Manaus: Lições da Experiência Internacional. Amazônia 2030, 2021.

CRUZ, Carlos Allan Madureira. O projeto Jari, entre utopias e realidades: Assentamentos precários em Laranjal do Jari - AP. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 8, ago. 2023. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10858/4721>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émile. **A educação como direito humano na Amazônia brasileira no contexto do novo plano nacional de educação**. Universidade Federal do Pará/Brasil 2017.

DIAS, Joana de Oliveira. Educação profissional e tecnológica na Amazônia: para onde aponta o ensino, a pesquisa e a extensão em agroecologia. **Revista EDUCAMazônia**. Humaitá: 2014.

CUNHA, Elbert Franklin de Souza *et al.* Tecnologias digitais na educação básica e a territorialização das desigualdades: o caso do Amazonas. **Revista Contexto & Educação**, v. 40, n. 122, e 17273, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2025.122.17273>. Acesso em: 7 jan. 2026.

CRUZ, Carlos. O projeto jari, entre utopias e realidades: assentamentos precários em Laranjal do Jari - AP. **Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 9. n. 8, ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDO IRATAPURU. **Projeto BIORIO: desenvolvimento comunitário por meio da bioeconomia**. Disponível em: https://www.fundoiratapuru.com/projeto-biorio?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 jan. 2026.

IMMIANOVSKY, Charles. Arte-educação por meio da democracia nos institutos federais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 54, e10341, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1980531410341>. Acesso em: 14 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação: educação infantil e ensino fundamental: Região Norte**. Brasília: O Instituto, 1997.

KIEWIT, Luis Diego Soto *et al.* Educação formal, não formal e informal e inovação: Inovar para educar e educar para inovar. **Inovações. Educativas**. v. 25, n. 38, 2023.

LEITE, Isabella de Mello. **A Educação do Campo no Brasil e suas interfaces com os Movimentos Sociais de luta pela terra**. In: *Revista Cocar*. Edição Especial. n. 33, 2024 p. 1-18 ISSN: 2237-0315. Disponível: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9775/4130>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LEONEL, Ronaldo dos Santos; CASTRO, Andreia de Oliveira; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos. **Educação do campo, das águas e das florestas: diversidade cultural na construção do saber**. 2024.

LOPES, Fabrina Pietra Ribeiro; CARAMELLO, Nubia; GUIRARDI, Bruna Duque. Análise de micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço no Vale do Jari. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–17, 2026. DOI: prelo. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/issue/view/583>. Acesso em: 20 fev.2025.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014.

MACHADO, Carla Silva; SOUSA, João Victor de Almeida. Educação empreendedora na Amazônia: possibilidades e desafios para a formação de jovens protagonistas. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 5, 2022.

MELLO, Alex Fiúza. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 91-108, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6025>. Acesso em: 06 jan. 2026.

MELO, Adimar Barreto; CENTURION, Diosnel Oliveira. **Estratégias de ensino para melhoria da aprendizagem de alunos do sistema modular de Macapá/Amapá**. VII CONEDU - Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80039>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 53 p.

MOURA, Maria Aparecida Dias de; SANTOS, Fabiano Antônio. As políticas educacionais brasileiras à luz da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, **VI congresso de educação CPAN**. 2023. Disponível em: <https://cecpan.ufms.br/files.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MOREIRA, Denilson Nunes; MANZATTO, Ângelo Gilberto. As potencialidades que favorecem o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 751–777, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>. Acesso em: 06 jan. 2026.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; NOGUEIRA, Sílvia Cristina; ARAÚJO Conde José Júlio César do Nascimento; SOUZA., José Eurico Ramos de. Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira. In: **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**. 2015.

NASCIMENTO, Waldery; CARMELLO, Nubia; SILVA, Diego A. S. da. Cesta de bens e serviços territoriais na comunidade de Iratapuru – Amapá/Brasil: um olhar sobre as possibilidades turísticas como impulsionadoras da economia e fixação local da população. GOT: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 29, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/got/article/view/15727>. DOI: <https://doi.org/10.17127/got/2025.29.006>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NOGUEIRA, Antônio Silva; AGUIAR, Rucelino de Sousa; GISI, Maria Lourdes. A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a redução da desigualdade educacional no Brasil. In: **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023.

OLIVEIRA, Pablo Menezes; CAETANO, Gilzelene de Jesus. **A criação dos Institutos Federais, de Educação, Ciências e Tecnologia**: Possibilidades de pesquisa na história da Educação. Rev. HISTEDBR, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ubc.unicamp.br>. Acesso em: 17 fev. 2025.

OLIVEIRA, Lourran Tenório. **A contribuição dos fundos ambientais para a sustentabilidade de comunidades tradicionais na Amazônia Brasileira**: o caso da comunidade de São Francisco de Iratapuru. 114 f. Dissertação – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades amazônicas: uma análise da comunidade extrativista do Iratapuru. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 121-146, 2012. Acesso em: 7 jan. 2026.

OLIVEIRA, Larissa Ribeiro Portugal; CARMELLO, Nubia; CARNIATTO, Irene; MELO, Lucilene de Sousa. Direito à Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: perspectiva da comunidade extrativista de São Francisco do Iratapuru – Laranjal do Jari, AP. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological – SAJBETT**, v. 11. 2026.

PAES. Alfenas Silva Valente *et al.* O Tripé Ensino-Pesquisa-Extensão e sua Indissociabilidade na Formação Docente Crítica e Emancipatória: um relato de experiência do GESARH. In: **Rev. Ext. Tril.**, Salvador, v. 1, 2021.

PEREIRA, Vanuza da Silva Ney *et al.* **Economia solidária e agroecologia**: construindo diálogos a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense em

Campos dos Goytacazes/RJ. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Rio de Janeiro: n. 1, 2024.

PREFEITURA de Laranjal do Jari. **Plano Municipal de Educação [2015 a 2025]**. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEMED.pdf Acesso em: 2 fev. 2025.

RAMOS, Aneicy dos Santos *et al.* Turismo de base comunitária na Amazônia: uma análise integrada na Comunidade do Tumbira do Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Revista Delos**, v. 18, n. 68, e5656, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n68-157>. Acesso em: 2 fev. 2025.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, Manoel Ednaldo. **O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-Pa: avanços e retrocessos**. Santarém, 2024.

SÁ, Antônia Deusa; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. **O desenvolvimento da educação básica no Amapá de 1991 a 2003: da retórica à prática**. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217318>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SALAZAR, Brenda da Silva *et al.* Comunidades ribeirinhas e violação de direitos: a maior sede é por justiça social. **Das Amazônias: Revista Discente de História da UFAC**, Rio Branco, v. 5, n. 1, p. 42-45, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/6022>. Acesso em: 06 jan. 2026.

SAMPAIO, Luciana Dominici. AMORIM, Liliane Barbosa. O Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação humana integral. *In: Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, 2023.

SANTOS, Adriane de Oliveira. Impactos das políticas educacionais nas comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 07, jul. 2024. ISSN 2675-3375. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14861>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SANTOS, Catherine Lobato, *et al.* Inovação sustentável na Amazônia: o potencial das startups de bioeconomia. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 21, n. 63, p 61 - 80, jan./mar., 2025. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/18754>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, José Bittencourt; ALVES, Paulo da Conceição. Educação em comunidades tradicionais no sul do Amapá: o caso da RESEX Cajari e da Reserva do Rio Iratapuru. **Revista Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, dez. 2022. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14550/9964>. Acesso em: 06 jan. 2026.

SILVA, Nilvania dos Santos. De um núcleo de extensão: reflexões acerca da tríade ensino, pesquisa, extensão para as escolas no/do campo. *In: Rev. Entre Línguas*, Araraquara, v. 10,

2024.

SILVA, Michelle Castro. Ensino fundamental de nove anos e avaliação da aprendizagem: possibilidades de mudanças. 2023. *In: Revista Observatório de la Economia Latino Americana*, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 3787-3807, 2023.

SILVEIRA, José Henrique Porto (org.). **Sustentabilidade e responsabilidade social**. Belo Horizonte: Poisson, 2017. v. 3. 255 p. ISBN 978-85-93729-11-9. DOI: 10.5935/978-85-93729-11-9.2017001. Acesso em: 7 jan. 2026.

SILVIO, Solange Almeida Holanda. **Direito fundamental à educação pública de qualidade: Acesso ao conhecimento básico e sistemático na comunidade ribeirinha do Lago Catalão - Planejamento, destinação orçamentária e metodologia educacional adequada à realidade local**. Universidade de Fortaleza. 2019.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz; CHAGAS, Tiaga de Jesus Dias. O direito humano à educação e os objetivos do desenvolvimento sustentável: um olhar a partir das pessoas privadas de liberdade na Amazônia amapaense. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 28, 2024.

SOARES, Lucas de Vasconcelos *et al.* A efetivação do direito à educação pública na Amazônia: dilemas diante de suas singularidades. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, 2020.

SOUSA, Eriane Oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; SARTOR Leandro. Educação em tempo integral na Amazônia: análise da região metropolitana de Santarém. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, 2023.

SOUSA, Jocivaldo Martins *et al.* Sustentável na Amazônia do Terceiro Setor: O Desenvolvimento de cadeias de valor de produtos Amazônicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 11, n. 5, 2025.

SOUZA, Kênia Paulino de Queiroz; PINHO, Maria José de. Ecoformação amazônica: reflexões e possibilidades entre saberes e adversidades na e da Amazônia Legal. *In: Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 9, 2022.

SOUZA, Átila, *et al.* Educação e saberes tradicionais no Norte do Brasil: desafios e perspectivas. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 46, p. 2922–2931, 2025. DOI: 10.56238/levv16n46-094. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv16n46-094>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SOUZA, Wander Pereira, *et al.* Turismo sustentável e políticas públicas na Amazônia: a invisibilidade científica. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 17, n. 1, e 170114, 2025. DOI: 10.18226/21789061.17ip170114. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.17ip170114>. Acesso em: 06 jan. 2026.

UNESCO. **Caderno ODS 4: Educação de Qualidade**. 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00003750776>. Acesso em: 20 abr. 2025.

APÊNDICE A
PRODUTO EDUCACIONAL

Deziane Costa da Silva

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA DE GESTÃO DE TURISMO: COMUNIDADE DA FLORESTA SÃO
FRANCISCO DO IRATAPURU

MACAPÁ - AP
2026

APRESENTAÇÃO

O produto educacional é resultante da pesquisa “Desafios e Perspectivas da Formação Inicial e Continuada na Comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal do Amapá, na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do curso de Mestrado, do Campus Macapá, sob orientação da Professora Dr^a. Nubia Deborah Araújo Caramello.

As minhas primeiras vivências nas comunidades de difícil acesso ocorreram entre os anos de 2008 a 2016 nas escolas do campo do Vale do Jari como professora do antigo magistério, foi possível vivenciar a rotina das comunidades da floresta, modo de vida, tradições, cultura bem como as atividades de empreendedorismo desenvolvidas na região de forma sustentável. Neste contexto, é notório a ausência significativa de ações voltadas para políticas públicas educacional em território de difícil acesso.

Durante o ano 2023 tive o primeiro contato com o programa Amazônia + 10, através da Professora, Dra. Caramello, para atuar como coorientadora da acadêmica Maria Noemia Araújo de Freitas, o trabalho resultou no artigo titulado, “Percepção sobre as necessidades educacionais: estudo de caso comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru – Amapá”. Movimento Docentes: as pesquisas realizadas na própria comunidade evidenciaram um número expressivo de jovens e adultos em situação de analfabetismos, ainda, de revelarem o desejo da comunidade pela oferta de curso de formação profissional na própria comunidade.

Desse modo, em 2024, por meio do Mestrado pela instituição de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), ofertado pelo Instituto Federal, Campus Macapá, com o apoio imprescindível do Instituto federal – Campus Laranjal do Jari, por intermédio do Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e inovação, e em parceria com o programa iniciativa Amazônia +10, tornou-se possível a continuidade à pesquisa.

Essa etapa teve como foco a elaboração da Proposta Pedagógica de Curso – na modalidade de Formação Inicial e Continuada de, destinados à comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru, localizada em área de difícil acesso em razão a localização geográfica.

O que é (descrição do PE)

O produto educacional consiste na construção da matriz curricular de cursos FIC para a elaboração da Proposta Pedagógica de Curso (PPC) de formação inicial e continuada, que ficará disponível no Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (DEPPI) do Instituto Federal do Amapá (IFAP) — Campus Laranjal do Jari.

O DEPPI atua de forma integrada em quatro eixos principais: ensino, pesquisa, extensão e inovação, sendo que a pesquisa e a extensão estiveram presentes na construção do produto educacional.

As parcerias com projetos como Amazônia+10, a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP e o Instituto Federal — Campus Laranjal do Jari possibilitaram a realização das expedições à comunidade São Francisco do Iratapuru. Nesse sentido, as parcerias foram fundamentais no apoio à iniciação da pesquisa científica e aplicada.

Qual a sua finalidade

A proposta do Produto educacional fundamenta-se nas prioridades de cursos de formação inicial e continuada, elaborada junta a comunidade para elaboração de uma Proposta Pedagógica de Curso a partir do mapeamento das demandas locais gerando Artigo, Internacional Movimento Docente “Diagnóstico de demandas de Educação Profissional e Tecnológica para Jovens e Adultos na comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru – AP (Brasil)”. Esse processo possibilitou a identificação das necessidades formativas e o levantamento de elementos fundamentais que subsidiaram a comissão responsável pela elaboração do PPC.

O projeto Político Pedagógico - PPC, ficará disponível no DEPPI, para ser utilizado nos principais eventos realizados pelo IFAP ao longo do ano na comunidade São Francisco do Iratapuru. Essa disponibilização torna-se primordial na oferta da formação educacional significativa evitando a oferta de cursos sem relevância para o público-alvo, bem como o desgaste institucional na promoção de eventos sem despertar interesses da comunidade.

Desse modo, o produto educacional materializa-se no Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de Gestão de Turismo direcionado à comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru. Tendo como objetivo minimizar as barreiras de acesso à educação profissional, especialmente no que se refere às necessidades formativas das comunidades de difícil acesso.

Por que aplicar esse PE na EPT (justificativa)

A proposta nasceu a partir do mapeamento das necessidades de formação inicial e continuada da comunidade. O resultado evidenciou a necessidade de construir estratégias para a oferta de cursos que valorizem o conhecimento técnico e tecnológico já existente na comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru e que contribuam com a oferta de serviços e produtos turísticos na localidade. Apesar da riqueza natural das florestas, da qual a comunidade retira seu sustento, os moradores enfrentam, há muitos anos, a privação de acesso à formação educacional em razão da localização geográfica. Nesse contexto, o Instituto Federal — Campus Laranjal do Jari —, em parceria com o projeto Amazônia + 10, realizou uma pesquisa aplicada de cunho exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, proporcionando a construção do PPC do curso de Gestão de Turismo. Os dados coletados revelaram que as principais áreas de interesse da comunidade são Gestão de Turismo e empreendedorismo, o que possibilitou a criação de duas propostas, sendo apresentada neste trabalho a construção da primeira. Acredita-se que, por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada, será possível contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, fortalecendo a autonomia econômica comunitária de forma sustentável, sem a necessidade de deslocamento até a sede municipal.

Bases teóricas que o sustentam

Historicamente, as comunidades da floresta contribuíram de forma significativa para a economia local e regional. Contudo, devido à localização geográfica e ao abandono de políticas públicas básicas, especialmente no campo da educação continuada, essas comunidades sofrem com a ausência de políticas educacionais voltadas às suas especificidades. Entre as comunidades que compõem esse território, destaca-se a reserva extrativista São Francisco do Iratapuru. Neste sentido, Oliveira corrobora (2012):

É possível refletir que a comunidade de Iratapuru, se constitui como uma pequena nação localizada na entrada da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru –RDS-I, entre os rios Jari e Iratapuru na altura das coordenadas em UTM: 0324376/9937226. As cerca de 50 famílias são descendentes de caboclos e de migrantes, principalmente de nordestinos que chegaram à região no final do século XIX para trabalhar nos castanhais (Oliveira, 2012, p. 12).

Desde o início de sua ocupação, a região desperta grandes interesses devido à riqueza de seus recursos naturais, consolidando atividades como o extrativismo vegetal e mineral, além do

comércio e da indústria. Nesse contexto, observa-se que a comunidade apresenta importantes potencialidades ligadas à gestão empreendedora, com destaque para a comercialização da castanha-do-Brasil e a extração de óleos vegetais destinados às indústrias cosmética e farmacêutica, sendo parte desses produtos beneficiada e comercializada na própria comunidade.

Além das habilidades em gestão empreendedora, a comunidade possui expressivo potencial turístico, em razão de sua biodiversidade, constituindo um verdadeiro laboratório amazônico. Destacam-se ainda atrativos como rios, cachoeiras, corredeiras, quedas d'água e trilhas ecológicas, além da pesca artesanal.

Apesar do difícil acesso, a comunidade recebe visitantes ao longo do ano. Contudo, os moradores enfrentam diversos desafios, decorrentes da localização remota, das condições geográficas e climáticas e das dificuldades de acesso a serviços básicos, incluindo a formação inicial e continuada.

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de uma região, especialmente em territórios de difícil acesso. Conforme destacam Simões e Chagas (2024), o acesso à educação é condição essencial para a promoção da dignidade humana. Diante dos avanços e das transformações sociais contemporâneas, torna-se cada vez mais necessária a universalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de forma integrada ao contexto das comunidades da floresta. Em conformidade com Macedo (2014):

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas de governo voltadas para a educação profissional e tecnológica, tendo em seu bojo o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local e regional e um efetivo diálogo com outras políticas setoriais (Macedo, 2014, p. 16).

O Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica — Campus Laranjal do Jari — tem desempenhado papel fundamental na sociedade, pois, nos últimos anos, vem capacitando jovens e adultos para atender às demandas dos setores econômicos da região.

Dessa forma, o IFAP, Campus Laranjal do Jari, tem o compromisso com a comunidade de contribuir para o desenvolvimento social, promovendo ações que façam a diferença no cotidiano das pessoas, levando pesquisa e extensão a localidades de difícil acesso.

No que se refere ao tripé da EPT, Paes (2021) destaca que o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão deve estar atrelado às realidades locais, potencializando a autonomia e o protagonismo do indivíduo. Nesse sentido, a oferta de cursos contribuirá de forma significativa para a gestão dos próprios negócios comunitários, promovendo autonomia gerencial na localidade.

Estudos como o de Costa (2021) evidenciam que as fragilidades identificadas na organização do ensino para comunidades de difícil acesso podem explicar o fracasso educacional. A ausência de políticas educacionais em regiões remotas gera impactos imensuráveis na vida das pessoas.

Nesse contexto, conforme apontado pela FIC (2021), o Projeto Pedagógico está alicerçado em temas e conteúdos apresentados na Portaria nº 769/2019, na Lei nº 9.394/1996 (LDB), atualizada pela Lei nº 11.741/2008, e demais resoluções que normatizam a formação inicial e continuada.

Desse modo, suas ações pedagógicas de natureza teórico-prática, planejadas para atender às demandas socioeducacionais de formação, qualificação e requalificação profissional (FIC, 2021), têm como compromisso ampliar a oferta de aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não.

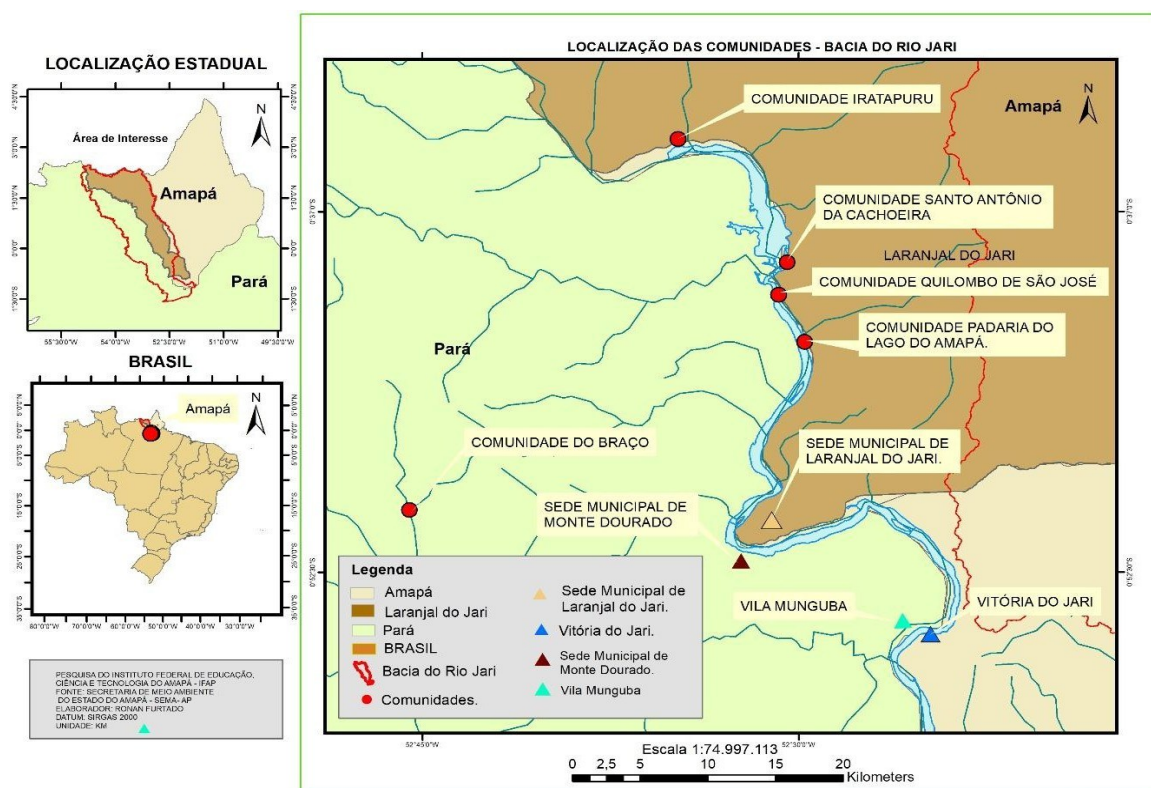
Nesse aspecto, o presente produto educacional materializa-se na proposição do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) “Gestão de Turismo”, destinado aos moradores da comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru, na modalidade presencial. A proposta fundamenta-se na perspectiva de interiorização da educação profissional e tecnológica, podendo ser ofertada diretamente no território comunitário, sempre que possível, promovendo o deslocamento do IFAP — Campus Laranjal do Jari — até a comunidade, e não o contrário.

Onde foi aplicado

O foco do estudo é a comunidade São Francisco do Iratapuru (Figura 1), localizada no Vale do Jari, no município de Laranjal do Jari — Amapá, Brasil. Trata-se de uma comunidade formada por famílias que vivem do extrativismo dos recursos naturais da floresta amazônica.

Seguiu-se a metodologia padrão do projeto ao qual este estudo está vinculado (Caramello *et al.*, 2025), entrevistando-se pelo menos uma pessoa por residência. Atualmente, segundo os moradores, há aproximadamente 60 residências, considerando as localizadas na vila e ao longo do rio Iratapuru.

Figura 1. Comunidades integrantes do Projeto Iniciativa Amazonas + 10 no Vale do Jari



Fonte: Nascimento, Caramello e Silva (2026).

✓ Etapas realizadas:

- (a) Averiguação do interesse da comunidade na divulgação dos resultados das análises;
- (b) Manifestação da possibilidade de participação em oficina para construção coletiva de um curso de formação continuada;
- (c) Elaboração da proposta da oficina com integrantes do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e do Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento do Território (linha Turismo, Patrimônio e Território) da Universidade de Coimbra — Portugal;
- (d) Realização da oficina em julho de 2025 na comunidade extrativista São Francisco do Iratapuru;
- (e) Nova reunião com a equipe do projeto para definição das etapas seguintes, incluindo a organização de uma comissão de docentes para elaboração das ementas a serem incorporadas ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Gestão e Turismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008b.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2008, p. 5, 17 jul. Acesso em: 24 fev. 2025.

CARAMELLO, Nubia *et al.* **Desafios para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável, Gestão da Água e Educação Ambiental**: um Diálogo entre Pesquisadores e Comunidade em Território Fluvial na Amazônia Brasileira a partir da iniciativa da Amazônia + 10. Revista Água y Território Jaen, 2025.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émile. **A educação como direito humano na amazônia brasileira no contexto do novo plano nacional de educação**. Universidade Federal do Pará/Brasil 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Macapá – AP: IFAP, 2018.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial**: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014.

MIRANDA COSTA, Eliane. Escolas ribeirinhas e seus desafios: faces da educação do campo na Amazônia marajoara. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 384–397, 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades amazônicas: uma análise da comunidade extrativista do Iratapuru. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 121-146, 2012.

PAES. Alfenas Silva Valente *et al.* O Tripé Ensino-Pesquisa-Extensão e sua Indissociabilidade na Formação Docente Crítica e Emancipatória: um relato de experiência do GESARH. In: **Rev. Ext. Tril.**, Salvador, v. 1, 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

Título da Pesquisa: Desafios e perspectivas da formação inicial e continuada (profissional) na comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Pesquisador Responsável: Deziane Costa da Silva

Nome do Participante: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

RG: _____

Você é convidado (a) a participar da pesquisa intitulada Desafios e perspectivas da formação inicial e continuada (profissional) na comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá,

Antes de decidir sobre sua participação é importante que compreenda o objetivo que a mesma está sendo realizada e como ela se realizará, portanto, leia atentamente as informações que seguem e se tiver alguma dúvida, consulte o (a) pesquisador (a) responsável ou o Comitê de Ética em Pesquisa.

O objetivo principal desta pesquisa é conhecer a história e as memórias formativas da comunidade São Francisco do Iratapuru, as demandas e expectativas educacionais para a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, por meio de cooperação técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) e Secretaria Municipal de Ensino de Laranjal do Jari. Diante das premissas, pretende-se o conhecer as atividades empreendedoras que geram renda na comunidade, bem com compreender suas as expectativas formativas. Para isso, será necessário o mapeamento das demandas local, identificação de cursos estratégicos de formação inicial e continuada para subsidiar a construção da Matriz Curricular que materializará a Proposta Pedagógica de Curso específico para a comunidade. justificando assim a necessidade de sua realização.

Os riscos previstos são mínimos na sua participação neste estudo, uma vez que a mesma consistirá na aplicação de um questionário, desse modo, respeitando os preceitos éticos, caso você vier a sentir qualquer incômodo ou dano ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, a mesma será imediatamente interrompida.

Apesar da existência de riscos mínimos de desconforto ou constrangimento na coleta de dados, os benefícios oferecidos serão superiores. O tema em estudo da pesquisa possibilitará o diálogo próximo entre comunidade e o Instituto Federal, alinhando de forma cuidadosa à rotina

produtiva, às necessidades formativas e às potencialidades socioeconômicas da comunidade de São Francisco do Iratapuru.

A coleta de dados será realizada exclusivamente pelo (a) pesquisador (a), a fim de evitar e/ou minimizar o seu possível constrangimento em recusar a participar do estudo frente a outras pessoas, e caso esta seja a sua vontade, a mesma será plenamente respeitada sem nenhum prejuízo de sua parte. Os questionários serão depositados em um envelope único pelos próprios participantes do estudo para garantir que não haverá identificação dos mesmos, evitando qualquer constrangimento ou desconforto em relação às respostas emitidas.

Todas as informações obtidas em relação a esse estudo permanecerão em absoluto sigilo, assegurando proteção de sua imagem, de sua privacidade e respeitando valores morais, culturais, religiosos, sociais e éticos. Os resultados dessa pesquisa poderão ser apresentados em congressos ou publicações científicas, porém sua identidade não será divulgada nestas apresentações, nem serão utilizadas quaisquer imagens ou informações que permitam a sua identificação.

Não é previsto que você tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma, todavia, caso você venha a ter qualquer despesa em decorrência de sua contribuição neste estudo, será plenamente ressarcido. Ressaltamos ainda que, no caso de eventuais danos acarretados pela sua participação no presente estudo, você será plenamente indenizado, conforme determina as Resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) e Resolução 510/16 das Ciências Humanas e Sociais (CNS).

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Deziane Costa Silva, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (96) 99142-1867, e-mail: dezianecostasilva@gmail.com, com o Orientador (Nubia Deborah Araujo Caramello) (96) 99116-1717, ou com o Coordenador Argemiro Midonês Bastos do Programa de Mestrado de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do Campus Macapá, localizado na Rodovia BR 210, Km 3, s/n, no bairro Brasil Novo, no estado do Amapá, telefone: (96) 3198-2150 e-mail: profept.ifap.edu.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 12h00min. - 14h00min – 18h00min.

CONSENTIMENTO DO VOLUNTÁRIO: admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento. Estou permitindo a minha participação neste estudo, desde que assegurado o anonimato e o uso da minha imagem em recursos áudios-visuais (VHS, DVD, fotos, etc.), por livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido.

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: certifico que revisei o conteúdo deste Termo de Consentimento com o participante em questão, explicando os riscos e benefícios conhecidos desta pesquisa. E assumo a responsabilidade sobre a realização deste estudo.

Eu, _____, RG
nº. _____. Declaro ter sido informado e concordo em participar do Projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, _____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do participante

APÊNDICE C – Responsabilidade do Pesquisador

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me em utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento aceito pelo participante.

Deziane Costa da Silva

Data: ____/____/____

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se numa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), restando claro que as respostas dos participantes representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração

Nome: _____

Sexo: Masculino () feminino ()

Idade: _____

Quanto tempo reside na comunidade:

() 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () a 9 anos () 10 ou mais anos.

1. Quais são as principais fontes de renda da família?
2. Que tipos de atividades econômicas são mais comuns e quais têm maior potencial de desenvolvimento na comunidade?
3. Como ocorre a comercialização dos produtos (vindo das florestas) produzidos nas comunidades?
4. Quais são as principais barreiras ao acesso a formação inicial e continuada na comunidade?
5. Quais as instituições ou parcerias educacionais que fortalecem a formação inicial e continuada voltada para o empreendedorismo sustentável?
6. Como essas parcerias têm contribuído para o desenvolvimento de habilidades Empreendedoras na comunidade?
7. Quais os cursos FIC prioritários que atenderem às necessidades da comunidade?
8. Quais os dias da semana seriam mais adequados para a realização dos cursos de curta Duração?
9. Quais são as contribuições que os cursos de FIC de curta duração podem trazer para a sua vida pessoal e empreendedora?
10. Qual é a sua opinião sobre a contribuição do Instituto Federal à comunidade na oferta de FIC de curta duração?

ANEXO I – COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC DO GESTÃO E TURISMO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
SECRETARIA DE GABINETE

PORTARIA Nº 188/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP

29 de dezembro de 2025

Designa os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão responsável pela construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Gestão de Turismo em Unidade de Conservação Local, voltado a uma comunidade extrativista de difícil acesso no *campus* Laranjal do Jari.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, **CAMPUS LARANJAL DO JARI**, nomeada nos termos da Portaria n. 1.789/2025 - GAB/RE/IFAP, de 12 de agosto de 2025, publicada no DOU nº 152, de 13 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão responsável pela construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Gestão de Turismo em Unidade de Conservação Local, voltado a uma comunidade extrativista de difícil acesso no *campus* Laranjal do Jari.

Deziane Costa da Silva - 2329445
Alain Roel Rodrigues dos Santos - 2143476
Elielson Borges da Rocha - 3429587
Hamilton Tavares dos Prazeres - 3320179
Kátia Meireles Monteiro dos Santos - 1333010
Larssa Ribeiro Portugal de Oliveira - 020.231.033-71
Marcelo Padilha Aguiar - 1837408
Marcia Cristina Tavora do Nascimento - 1953738
Nubia Deborah Araujo Caramello - 3274990
Reinaldo da Costa Sacramento - 3421643
Sergio Augusto Brazao - 2352307
Tiago Araújo Carvalho - 3508113
Tatiana dos Santos Costa - 1126207

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Marcelo Padilha Aguiar, DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO - CD2CD02 - DIGERAL-LRJ**, em 29/12/2025 12:01:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 155298

Código de Autenticação: a0b7bbabad



ANEXO II – ATA DE REUNIÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Ata 1/2026 - COPED-LRJ/DEN-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP

13 de janeiro de 2026

ATA DE REUNIÃO	
Data:	13 de Janeiro de 2026
Participante	Alain Roel Rodrigues dos Santos - 2143476 Elielson Borges da Rocha - 3429587 Kátia Meireles Monteiro dos Santos - 1333010 Márcia Cristina Tavora do Nascimento - 1953738 Tatiana dos Santos Costa - 1126207
Pauta:	Elaboração do PPC - Curso Gestão de Turismo
Início:	Realizou-se reunião com os membros da comissão responsável pela análise e construção do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Gestão de Turismo, destinado à comunidade tradicional da floresta São Francisco do Iratapuru, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Campus Laranjal do Jari. Na ocasião, foi apresentada a proposta de elaboração do PPC, fundamentada na pesquisa intitulada “Desafios e perspectivas da formação inicial e continuada (profissional) na comunidade da Floresta São Francisco do Iratapuru: um estudo da viabilidade da intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”, que embasa o produto educacional do PROFEPT. Foi esclarecido que o produto educacional consiste na elaboração da Proposta Pedagógica do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada em Gestão de Turismo, a qual ficará disponível no Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI) do IFAP – Campus Laranjal do Jari.
	Durante a reunião, foi apresentada a primeira fase da construção do PPC, correspondente ao Diagnóstico das Demandas de Educação Profissional e Tecnológica para Jovens e Adultos na Comunidade Extrativista São Francisco do Iratapuru – AP (Brasil). A análise dos dados coletados junto aos moradores evidenciou demandas formativas alinhadas à gestão das atividades produtivas locais, especialmente nas áreas de turismo, empreendedorismo, sustentabilidade e uso de tecnologias. Em seguida, foi apresentado o alinhamento das disciplinas ao Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, contemplando o curso de Gestão de Turismo e disciplinas correlatas, tais como empreendedorismo, culinária, informática, turismo de base comunitária, liderança, artesanato, sustentabilidade e ecoturismo.

Tratativas:	Ficou ainda deliberada: a) Tarefa: verificar a carga horária mínima junto ao DEPPI, exigida para cursos FIC; b) a sugestão de ampliar os convites a outros especialistas das áreas de gestão e turismo , a fim de fortalecer a proposta formativa, considerando as demandas da comunidade tradicional São Francisco do Itatapuru e em consonância com os princípios institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia .
Conclusão:	Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, ficando acordado que as informações sistematizadas servirão de base para a continuidade da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Gestão de Turismo .

Documento assinado eletronicamente por:

- **Deziane Costa da Silva**, COORDENADOR - FG0001 - COPED-LRJ, em 13/01/2026 12:38:15.
- **Marcia Cristina Tavora do Nascimento**, PEDAGOGO-AREA, em 13/01/2026 12:54:35.
- **Elielson Borges da Rocha**, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO, em 13/01/2026 13:00:47.
- **Katia Meireles Monteiro dos Santos**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/01/2026 13:31:32.
- **Alain Roel Rodrigues dos Santos**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/01/2026 19:34:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 156191
Código de Autenticação: f51853862c



ANEXO III – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ
DIREÇÃO GERAL CAMPUS LARANJAL DO JARI

Carta de anuência institucional

*

Eu Lucilene de Sousa Melo, matrícula SIAPE 2873269, enquanto Gestora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, campus Laranjal do Jari, **DECLARO**, para os devidos fins, que foi analisada proposta submetida a Iniciativa Amazônia +10, e sendo aprovada em primeira instância por esta instituição recebendo a carta de autorização para submissão. Após a proposta ter sido aprovada em âmbito nacional oportunizando o intercâmbio científico entre a Universidade Federal de São Carlos representado pelo Prof. Pós Doutor. Frederico Yuri Hanaï, da Universidade do Unioeste do Paraná, representado pela Profa. Pós Doutora Irene Carniatto e pela Universidade Federal de Rondônia, representada pela Profa. Pós Doutora Nara Luísa Reis de Andrade, ficamos extremamente felizes em proporcionar uma pesquisa de extrema relevância para o Vale do Jari, e contribuir com o Vale do Guaporé com essa conexão territorial e científica.

A iniciativa conta com recurso próprio para subsídio de pesquisa, contudo estaremos buscando sempre que possível oportunizar a participação de nossos estudantes e docentes nas expedições realizadas no Vale do Jari considerando a importância do envolvimento destes neste intercâmbio científico. Acreditamos que nossa coordenadora local, a Profa. Dra. Nubia Caramello (que assina juntamente esse documento) e o Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Prof. Msc. Michael Machado de Moraes (que assina juntamente esse documento) que juntamente aos demais coordenadores, irão junto a equipe trilhar os princípios das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas normativas complementares, respeitando os princípios éticos.

Dessa forma, e na expectativa da contribuição socioambiental das comunidades envolvidas, sou **FAVORÁVEL** a execução do projeto e o envolvimento de estudantes e servidores dessa instituição que puderem somar e contribuir com o desenvolvimento da proposta ao longo do período que será desenvolvido.

Solicitamos que durante as etapas realizadas no Vale do Jari, seja apresentando a esta direção relatórios de desenvolvimento e equipe envolvida, para que possamos além de certificar os participantes, ainda registrar nos meios de comunicação institucional.

LUCILENE DE SOUSA MELO
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI
PORTARIA N. 169/2024 – GAB/RE/IFAP

ANEXO IV - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE E PERMANÊNCIA LOCAL A PARTIR DA AGENDA 2030: contribuição científica para o mapeamento de indicadores social, econômico, cultural e ambiental de comunidades localizadas no território fluvial do Vale do Jari

Pesquisador: Nubia Caramello

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70113423.2.0000.0211

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.189.379

Apresentação do Projeto:

A presente proposta tem dois focos, promover a iniciação científica de todos os discentes envolvidos com foco especial para as meninas na ciência, e o segundo contribuir com o mapeamento de indicadores sociais, econômicos, ambientais e culturais propostos pela Agenda 2030, sendo adotado os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável as metas e seus respectivos indicadores ODS-2 "Fome Zero e Agricultura Sustentável"; ODS-4 "Educação de Qualidade"; ODS-5 "Igualdade de Gênero"; ODS-6 "Água Potável e Saneamento Básico"; ODS-10 "Redução das Desigualdades"; ODS-13 "Ação contra a mudança Global do Clima"; e ODS-17 "Parcerias e Meio de Implementação", contribuindo com o diagnóstico integrado das comunidades São Francisco do Iratapuru, São José, Santo Antônio da Cachoeira e Padaria, localizadas no território fluvial da bacia hidrográfica do Rio Jari, margem esquerda, pertencente ao estado do Amapá.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar diagnóstico integrado (social, econômico, cultural e ambiental) a partir da eleição de metas e indicadores (ODS-2, ODS-4, ODS-5, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17) da Agenda 2030, a serem analisados por seus representantes e alinhados com a da Lei 9.433/97, com a finalidade de revelar a identidade local e subsidiar

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP

Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

propostas de intervenção em prol do turismo, educação, cadeias produtivas, prestação de bens e serviços, uma cooperação em prol do desenvolvimento sustentável a partir do e permanência local das comunidades São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, São José e Padaria com as instituições de pesquisa e governamental no Vale do Jari.

Secundários:

- I. Identificar o uso e ocupação da terra dentro dos territórios fluviais (georreferenciando seus extremos de inundação), a dinâmica de suas cadeias produtivas, e o potencial do artesanato produzido por mulheres (ODS-2, ODS-4, ODS-5, ODS-10, ODS-11 e ODS-13);
- II. Mapear os atores representativos a compor a implantação de um diálogo fluvial descentralizado e participativo a partir das Leis 9.433/93 e 0686/2002 (ODS-17);
- III. Estudar a influência do exercício do direito à educação para o desenvolvimento sustentável nas comunidades, analisando como o Poder Público e as Políticas Públicas na prática asseguram o direito à educação para sustentabilidade nas Comunidade envolvidas, e os anseios por cursos profissionais para atender as necessidades da comunidade (ODS-4, ODS-5, ODS-10, ODS-11 e ODS-17);
- IV. Mapear as ações desenvolvidas em prol da gestão de resíduos sólidos e do acesso à água potável em comunidades integrantes de territórios fluviais e os atores envolvidos (ODS-4, ODS-5, ODS-6, e ODS-13);
- V. Analisar as possibilidades de oferta de bens e serviços ao turismo sustentável proposto a partir do interesse da comunidade e as formações necessárias para potencializar as ações das mesmas (ODS-2, ODS-4, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17);
- VI. Identificar os valores culturais festivos (religiosos e culturais) que a comunidade quer divulgar e elaborar um guia contendo as informações mais relevantes sobre as festas tradicionais, como patrimônio cultural a ser divulgado e guardado para as próximas gerações (ODS-4, ODS-10, ODS-11 e ODS-17);
- VII. Realizar uma oficina de análise da qualidade e tipo de tratamento alternativo de água para consumo humano, e da confecção de um o filtro caseiro portátil (ODS-4, ODS-6 e ODS-11);
- VIII. Levantamento de indicadores da Agenda 2030, e a correlação com os indicadores de

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP

Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

sustentabilidade perceptivo a partir da metodologia de análise Pressão - Estado - Impacto - Resposta, identificando desafios e possibilidades na esfera econômica, social, cultural e ambiental, e a corresponsabilidade de seus atores hidrográficos (ODS-2, ODS-4, ODS-6, ODS-10, ODS-11, ODS-13 e ODS-17);

IX. Promover a formação científica de todos os discentes envolvidos garantindo equidade participativa de gênero, paralelo ao processo de mapeamento, obtenção de dados e análise, implicando a qualidade interpretativa (ODS-4, ODS-5, ODS-17).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a proposta, os riscos da aplicação dessa pesquisa serão mínimos e, poderá trazer desconforto em razão do tempo que deverá ser disponibilizado por os entrevistados para a aplicação do questionário (moradores) e entrevista (representantes e moradores mais antigos). Porém, poderão pular alguma questão que não desejar responder, e até mesmo cancelar a participação a qualquer momento sem danos algum. Há por parte dos pesquisadores o compromisso em manter a integridade física, intelectual e emocional dos participantes. E de acordo com os mesmos esperam que o estudo possa contribuir para compreender a

identidade fluvial da comunidade e seu potencial ambiental, econômico, social, educacional e cultural, sendo compromisso dos pesquisadores envolvidos após os dados analisados retornar em cada comunidade e apresentar os dados dialogando possíveis intervenções e seus atores responsáveis.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a obtenção de informações que poderão promover a iniciação científica de todos os discentes envolvidos com foco especial para as meninas na ciência, e contribuir com o mapeamento de indicadores sociais, econômicos, ambientais e culturais propostos pela Agenda 2030, bem como contribuir com o diagnóstico integrado das localizadas no território fluvial da bacia hidrográfica do Rio Jari, margem esquerda, no estado do Amapá.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram postados e condizem com o que é necessário (TCLE+comunidade, Declaração docente convidados, Declaração discente na equipe da pesquisa e a Carta de anuência da SEMMATUR/comunidades.

Recomendações:

O projeto está bem elaborado e pode ser implementado.

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

**UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP**



Continuação do Parecer: 6.189.379

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2150594.pdf	01/06/2023 01:31:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompletocomunidadeemterritoriofluviais2023.pdf	01/06/2023 01:31:00	Nubia Caramello	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	01/06/2023 01:22:29	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de concordância	CartaanuenciaSEMMATURcomunidades.pdf	01/06/2023 01:14:23	Nubia Caramello	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	01/06/2023 01:13:16	Nubia Caramello	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Comunidade.pdf	01/06/2023 01:10:53	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodosdocentesconvidadosinterno.pdf	01/06/2023 01:10:42	Nubia Caramello	Aceito
Outros	QuestionarioeRoteiroEntrevistall.pdf	01/06/2023 01:08:49	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodiscentesequipepesquisa.pdf	01/06/2023 01:05:49	Nubia Caramello	Aceito
Outros	Questionariopreoficinaqualidadehidricaefiltroalternativo.pdf	31/05/2023 21:19:29	Nubia Caramello	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/05/2023 21:13:24	Nubia Caramello	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodoscoordenadores.pdf	31/05/2023 20:43:05	Nubia Caramello	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.379

MACAPÁ, 18 de Julho de 2023

Assinado por:
ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO
(Coordenador(a))

ANEXO V – PARECER TÉCNICO AO PPC CURSO FIC DE GESTÃO E TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
DEPART DE EXT, PESQ, PÓS-GRAD E INOVAÇÃO-LRJ

Parecer Técnico N° 1/2026 - DEPEI-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP

12 de março de 2026

Assunto: Parecer Técnico ao PPC Curso FIC de Gestão e Turismo em Comunidades Tradicionais

O PPC do curso "Gestão e Turismo em Comunidades Tradicionais" (FIC para comunidade São Francisco do Itapapuru, Laranjal do Jari-AP; 2026) demonstra forte alinhamento com os princípios de extensão do IFAP, priorizando desenvolvimento sustentável, inclusão social e interação com comunidade externa.

O curso se qualifica como "Curso de Formação Inicial" de extensão (Art. 7º, III, c, Resolução nº 16/2019), com foco em formação inicial em área profissional específica (gestão de turismo sustentável em UCs), integrando competências gerais (30% mínimo na formação básica: Português, Informática, Direito Ambiental) e profissionais (liderança, sustentabilidade, artesanato, marketing etc.). Carga horária total de 162h (45h básica + 117h profissional) atende o mínimo de 160h exigido, justificando a elaboração do PPC.

Estrutura curricular completa objetivos, justificativa, metodologia, cronograma (matriz modular), público-alvo (moradores ≥18 anos da comunidade), recursos humanos (comissão com matrículas SIAPE, corpo docente e técnico) e materiais (biblioteca, labs, acessibilidade), conforme Art. 12, §5º e Art. 15. Ênfase em sustentabilidade e bioeconomia alinha aos princípios (Arts. 3º e 5º), com público externo prioritário e articulação ensino-pesquisa-extensão.

Aspecto	Atende Regulamento?	Observação
PPC	Sim	Obrigatório para ≥160h; bem estruturado com ementas, competências e bibliografia.
Coordenador	Sim	Servidora IFAP (Deziane Costa da Silva, matrícula 2329445); vice e comissão listados.
Experiência Docente	Parcial	Perfil docente descrito (ver Art. 15, V).
Avaliação/Frequência	Sim	Contínua (75% frequência, média ≥60), com instrumentos claros.
Relatórios	Implícito	Fluxo pronto para tramitação (Dept. Extensão → Direção-Geral → PROEXT).

Recomendações:

1. Ajustar o Título do PPC na capa conforme a portaria.
2. Verificar a Formatação da numeração das páginas de forma a não sobrepor os textos e ilustrações.
3. Verificar ilustração de designer na parte inserir que está sobrepondo os textos.

Após ajuste, retornar com PPC para que possamos enviar para apreciação da Proext.

Atenciosamente,

MICHAEL MACHADO DE MORAES

Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - DEPI - Campus Laranjal do Jari

PORTARIA nº 90/2025 - DEPI/UEPA

Documento assinado eletronicamente por:

• **Michael Machado de Moraes, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD0001 - DEPI-UEPA**, em 12/03/2025 09:22:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ufap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 163340

Código de Autenticação: 8c59930f9d



Rua Nilo Peçanha, 1265, Cajari. LARANJAL DO JARI / AP, CEP 68.920-000

Fone: